



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Rave the Vote: Cultura Clubbing e Mobilização Política contra a Extrema-Direita em Berlim e Lisboa

Catarina Talhinhos Esperança

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:
Doutora Joana Azevedo, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:
Doutora Maria Cláudia Álvares, Professora Associada, com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Rave the Vote: Cultura Clubbing e Mobilização Política contra a Extrema-Direita em Berlim e Lisboa

Catarina Talhinhos Esperança

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:
Doutora Joana Azevedo, Professora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora:
Doutora Maria Cláudia Álvares, Professora Associada, com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

À liberdade e a todos os que por ela lutam.

Agradecimento

Esta dissertação marca o fecho de um ciclo bastante fundacional da minha vida social e académica, que me permitiu colocar em prática as ferramentas de pensamento crítico que adquiri ao longo do meu percurso académico na Nova FCSH e no ISCTE. Apesar de o meu nome constar como autora, este trabalho resulta de uma inspiração coletiva e deve muito ao apoio e às influências das pessoas excecionais que me rodeiam e motivam todos os dias.

Para começar, não poderia deixar de agradecer às minhas orientadoras, a Professora Doutora Joana Azevedo e a Professora Doutora Maria Cláudia Álvares, por todas as horas de trabalho, motivação e apoio ao longo dos últimos meses. Obrigada por terem embarcado comigo neste projeto e pelo voto de confiança que colocaram no meu trabalho.

Em segundo lugar, quero também agradecer aos participantes desta pesquisa, Dimitri e Marum, não só pela disponibilidade, como também pelo seu trabalho na criação de espaços seguros onde as pessoas se podem expressar, dançar, pensar o futuro das suas cidades e organizar-se.

Esta dissertação é também uma conquista dos meus pais, Manuela e Manuel, e dos meus avós, que sob tanto sol trabalharam para que eu pudesse dedicar-me aos estudos e à concretização deste projeto.

Porque as redes de apoio nem sempre são apenas a nossa família, quero também deixar o meu agradecimento aos meus amigos, em especial à Alice, Bia, Joana, Raquel, Lara, Tânia e à minha irmã Teresa. Obrigada, Alice e Raquel, pelas horas a rever os meus textos e ideias. Um agradecimento especial à Lili, que mesmo longe, nunca deixou de me apoiar e esteve presente em todos os momentos que culminaram nesta dissertação.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que, na pista de dança, cruzaram os seus caminhos com o meu e me inspiraram a dar forma a esta ideia.

Resumo

A ascensão da extrema-direita na Europa tem reconfigurado o espaço político e social, suscitando novas formas de contestação. Neste contexto, a cultura *clubbing* tem-se afirmado como um espaço de resistência e mobilização coletiva. Esta dissertação analisa dois casos de estudo – o Tresor, em Berlim, e o Planeta Manas, em Lisboa – procurando compreender como espaços de diversão noturna se assumem como atores políticos não tradicionais na oposição a discursos opressores.

A questão central orientadora foi: de que forma a cultura *clubbing* em Berlim e Lisboa tem sido utilizada como ferramenta de mobilização política contra a extrema-direita? Para lhe responder, foram definidos objetivos de análise das práticas comunicacionais associadas à cultura *clubbing*, das políticas internas que refletem posicionamentos ideológicos e do papel do Instagram na mobilização política.

Com base numa abordagem qualitativa, que combinou entrevistas a fundadores dos espaços com análise de publicações no Instagram nos seis meses anteriores às eleições de 2025, a investigação evidenciou políticas internas de inclusão (seleção à porta, casas de banho mistas, *awareness* teams, políticas antiassédio) e estratégias de comunicação digital que apelam à diversidade, à participação e ao voto.

Conclui-se que a cultura *clubbing* pode constituir-se como espaço de resistência discursiva e mobilização política, embora persistam limitações quanto à medição do impacto real das mensagens digitais. Futuras investigações deverão incluir a perspetiva dos públicos e alargar a análise a outros contextos e plataformas.

Palavras-chave: cultura *clubbing*; mobilização política; extrema-direita; resistência cultural; redes sociais.

Abstract

The rise of the far right in Europe has reshaped the political and social landscape, prompting new forms of contestation. Within this context, clubbing culture has emerged as a space of resistance and collective mobilization. This dissertation examines two case studies – Tresor in Berlin and Planeta Manas in Lisbon – in order to understand how night-time venues position themselves as non-traditional political actors in opposing oppressive discourses.

The central research question was: how has clubbing culture in Berlin and Lisbon been used as a tool for political mobilization against the far right? To address this, the study set out to analyze the communicational practices associated with clubbing culture, the internal policies that reflect ideological stances, and the role of Instagram in fostering political engagement.

Adopting a qualitative approach, which combined semi-structured interviews with venue founders and a thematic analysis of Instagram posts in the six months preceding the 2025 elections, the study revealed both inclusive internal policies (door selection, mixed bathrooms, awareness teams, anti-harassment measures) and digital communication strategies promoting diversity, participation, and voting.

The findings suggest that clubbing culture can constitute a space of discursive resistance and political mobilization, although limitations remain in assessing the actual impact of digital messages. Future research should include audience perspectives and expand the analysis to other urban contexts and platforms.

Keywords: clubbing culture; political mobilization; far right; cultural resistance; social media.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
 Capítulo 1. Revisão da Literatura	 3
1.1. A cultura <i>clubbing</i> e o movimento <i>rave</i>	3
1.2. O caso berlinense e lisboeta	4
1.2.1. Tesor	4
1.2.2. Planeta Manas	5
1.2.3. O crescimento da extrema-direita europeia	6
1.3. O conceito de mobilização política	9
1.3.1. Mobilização política digital	9
1.3.2. O discurso político digital e novos atores políticos	10
1.3.3. Eficácia e limites da mobilização digital.	11
1.4. O conceito de resistência	12
1.4.1. Michel Foucault	12
1.4.2. Resistência discursiva	12
1.5. A festa como um espaço de resistência	13
1.5.1. A representação de comunidades marginalizadas	13
1.5.2. A <i>door policy</i>	14
1.5.3. O <i>anti-panóptico</i> : políticas de não utilização de câmaras	14
 Capítulo 2. Metodologia	 17
2.1. Justificação dos casos de estudo	17
2.2. Recolha de dados	17
2.2.1. Entrevistas	18
2.2.2. Análise das publicações nas redes sociais	18
2.2.3. Critérios de inclusão/exclusão e definição operacional	19
2.2.4. Procedimentos de rigor	19
2.3. Procedimentos de análise	19
2.3.1. Considerações éticas adicionais	20

Capítulo 3. Análise Empírica: Os casos "Tresor" e "Planeta Manas"	23
3.1. A mobilização física	23
3.1.1. Políticas e regras dos espaços	24
3.1.2. Comunidades marginalizadas	25
3.1.3. Apoios financeiros	26
3.2. A mobilização digital - Apresentação das publicações e análise temática	27
3.2.1. Considerações sobre a eficácia das comunicações digitais	34
3.3. Tensões e limites das práticas contra-hegemónicas	35
3.4. Síntese comparativa: Berlim-Lisboa	35
Conclusão	37
Referências Bibliográficas	41
Sitografia	45
Anexos	47

Introdução

Nas últimas décadas, a Europa tem vindo a assistir a uma nova ascensão dos movimentos de extrema-direita que transformaram o tecido político e social, instigando novas formas de contestação. A cultura tem-se afirmado como um espaço alternativo de expressão política e identidade coletiva, no qual as narrativas opressoras são questionadas e contrariadas.

Entre as várias formas de expressão da cultura, a cultura *clubbing* – entendida como “the phenomenon of people meeting in clubs or in similar spaces [...] characterized by a program focused on music, restricted access of a certain nature to create a protected space with its own rules, and a community to listen to music, dance and socialize.” (Clubcommission Berlin, 2019, p.8) – tem-se afirmado como um espaço de resistência, debate e mobilização contra a extrema-direita e os discursos de opressão. Em Lisboa e Berlim, duas capitais europeias onde as últimas eleições nacionais revelaram uma expressiva ascensão dos partidos de extrema-direita, os espaços de diversão noturna, como discotecas e coletivos culturais, têm assumido um papel cada vez mais ativo na vida política das suas cidades e países. Por um lado, promovem políticas internas que valorizam a diversidade e a inclusão; por outro, mobilizam os seus públicos através das redes sociais, incentivando a participação política e o voto.

Apesar da relevância das discotecas enquanto novos atores políticos e espaços de resistência discursiva, a investigação existente tem-se centrado sobretudo na perspetiva do público, deixando em aberto a compreensão da atuação destes espaços a partir do ponto de vista organizacional. Esta dissertação procura preencher essa lacuna, colocando como questão central: de que forma a cultura *clubbing* em Berlim e Lisboa tem sido utilizada como ferramenta de mobilização política contra a extrema-direita? Para responder a esta pergunta, propõe-se analisar as práticas comunicacionais associadas à cultura *clubbing* em ambos os contextos, identificar os elementos que assumem uma dimensão política, compreender como os espaços de diversão noturna expressam posicionamentos ideológicos através das políticas aplicadas nos seus eventos, avaliar o papel das redes sociais, em particular o Instagram, na mobilização do público, e discutir até que ponto a cultura *clubbing* se afirma como espaço de promoção de valores democráticos, inclusivos e antidiscriminatórios.

O estudo recorreu a uma abordagem qualitativa, combinando entrevistas semiestruturadas a fundadores de espaços com a análise de publicações nas redes sociais. A partir da triangulação entre discurso interno e comunicação pública, procurou-se compreender como estas instituições culturais articulam práticas e narrativas de resistência à extrema-direita. Esta estratégia metodológica permitiu aceder tanto às motivações e racionalidades dos organizadores como às formas visíveis de mobilização dirigidas aos públicos digitais.

A dissertação encontra-se organizada de modo a guiar o leitor da fundamentação teórica à aplicação empírica e à reflexão final. Inicia-se com uma contextualização que integra os contributos teóricos

necessários para enquadrar o fenómeno estudado, segue-se a apresentação da metodologia que sustenta a análise e, em seguida, a exploração dos casos de estudo através da análise das entrevistas e do material recolhido nas redes sociais. O trabalho encerra com uma síntese dos resultados obtidos, destacando os contributos da investigação, reconhecendo as suas limitações e apontando caminhos para estudos futuros. Desta forma, oferece-se uma visão global sobre como a cultura *clubbing* em Lisboa e Berlim tem vindo a constituir-se como espaço de resistência discursiva e de mobilização política contra a extrema-direita.

CAPÍTULO 1

Revisão da Literatura

1.1. A cultura *clubbing* e o movimento *rave*

O conceito antropológico de “festa” tem sido objeto de estudo nas últimas décadas. Segundo Braga, “São ambientes férteis para experimentos estéticos e sensoriais, e proporcionam espaço para vivência de práticas erótico-afetivas variadas, além de contarem frequentemente com performances artísticas que levantam questões sobre corpos fora dos padrões, género, sexualidade, raça e classe.” (Braga, 2018, p.9). Emile Durkheim apresenta uma comparação entre a ideia de festa e o conceito de religião, afirmando que “Toda a festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimónia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência às vezes até de delírio.” (Durkheim, 2003, como citado em Braga, 2018, p.27).

As *raves*, festas centradas na música eletrónica, surgiram nos anos 1980 como expressão de subculturas juvenis que procuravam contrariar normas sociais dominantes, muitas vezes associadas a valores neoliberais, ao controlo institucional e à moral conservadora. Segundo Braga, o movimento *rave* teve a sua origem durante a década de 80 na Inglaterra e o seu ápice na década de 90 com a crescente politização das festas independentes. “*Rave*, palavra em inglês que significa delírio, frenesi, passou a nomear as enormes festas que, extrapolando o espaço do clube, começaram a tomar espaços ao ar livre, mais afastados da cidade. Os eventos [...] eram promovidos e divulgados de maneiras furtivas, buscando evitar o conhecimento das autoridades.” (Braga, 2018, p.75). Com a proibição da execução de muitos destes eventos, esta energia transformadora “agora encontrava uma direção clara: a desobediência civil a um governo preconceituoso e conservador. Assim, passava-se a fazer festas pelo direito de fazer festa, revestindo os eventos de um carácter abertamente político.” (Braga, 2018, p.76).

Segundo Chaves, “A *rave* deve ser concebida como uma «cápsula securizadora», onde os participantes se consideram, por momentos, suspensos num “ritual dionisiaco”; ou seja, parcialmente libertos de formas de classificação social, bem como de compromissos gerados pela pertença a quadros identitários exteriores à festa” (Chaves, 2003, p.194). O autor identifica as éticas presentes no movimento *rave*, uma delas a “ética militante”, que assenta na ideia de que o público destas festas tem o objetivo ou quase o dever de “através do hedonismo da empatia, se ressocializar a si e a novos intervenientes.” (Chaves, 2003, p.198). Neste sentido, o impacto político da *rave* (ou de quem a frequenta) teria início ao nível micro, dentro dos limites físicos espaciais da própria festa, para depois se estender a uma escala maior.

Apesar de ainda existirem *raves* independentes, esta cultura encontra-se cada vez mais institucionalizada. A *rave*, outrora associada à marginalidade e à ocupação de espaços não convencionais, é cada vez mais integrada em ambientes legalizados, com regras definidas, bilheteira,

programação curada e estruturas formais de organização. Esta transição reflete uma transformação da subcultura em prática cultural reconhecida. Os casos analisados nesta dissertação, Planeta Manas, um espaço cultural *queer* de Lisboa, e Tresor, uma discoteca histórica de Berlim, exemplificam esta evolução, operando dentro de um quadro institucional sem, contudo, abdicar dos valores herdados da cultura *underground*.

Segundo Fiekenstscher, “The prefix ‘underground’ often denotes a context in which certain activities take place out of a perceived necessity for a protected, possibly secret arena that facilitates opposition, subversion, or delimitation to a larger, dominant, possibly oppressive environment.” (Fiekentscher, 2000, como citado em Anderson, 2024, p. 325). O autor caracteriza o conceito de *underground* dividindo-o em três elementos-chave que o compõem. São eles a “resistência secreta”, que segundo Anderson resulta da evolução semântica da palavra ‘underground’ (a qual descreve grupos sociais ou ideologias opostas às forças dominantes); a “antítese ao mainstream” - “Mainstream’s use of rhetoric as a referential and symbolic overground, reflects Saussure’s (1966) assertion that language is structured around binary oppositional pairs wherein one is valued above the other.” (Anderson 2024, p. 325); e o “underground como um imaginário”, ideia que surge da criação de mundos alternativos temporários nos espaços das próprias festas, através dos quais o público pode experienciar formas alternativas de sociabilidade.

Esta conceptualização da *rave* como experiência de efervescência e resistência cultural será crucial para analisar os dois casos em estudo e perceber de que forma se articulam com dinâmicas políticas mais amplas.

1.2. O caso berlinense e lisboeta

1.2.1. Tresor

A “efervescência” de Durkheim (1995) pode ser encontrada nas populares festas da crescente cena eletrônica *underground* de Berlim, presente na cidade desde o início da década de 90, na sequência da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria. Em 1991 foi criado aquele que viria a ser o primeiro e mais importante espaço de diversão noturno dedicado à música *techno* da cidade. A discoteca Tresor, fundada por Dimitri Hegemann, surgiu num espaço abandonado no lado leste de Berlim, um resquício material da Berlim comunista do período anterior à reunificação. Tresor foi e continua a ser um dos pilares da vida noturna de Berlim e abriu portas para a definição da cultura *underground* da cena da música eletrônica da contemporaneidade. Segundo Bychawski, “Tresor became a location where both East and West Germans met each other and expressed their passion for music, regardless of opposing views on reunification.” (Bychawski, 2014, como citado em Estevez, 2023, p.11). Com a popularidade de Tresor, rapidamente outras discotecas e coletivos culturais começaram a florescer na cidade. Estes eram espaços de encontro entre várias comunidades, onde pela primeira vez se assistiu àquilo que Braga chama um processo de “dessexualização”: “na cena de Berlim o *clubbing* heterossexual passava por um

processo de dessexualização e suavização da tensão entre géneros, acentuada pela convivência entre gays e heterossexuais, e mesmo da tensão entre os homens heterossexuais” (Braga, 2018, p.80).

Com o rápido crescimento e institucionalização da vida noturna da cidade, surgiu em 2001 a associação sem fins lucrativos Clubcommission Berlin, fundada com o objetivo de unificar e representar os interesses dos organizadores de eventos e espaços noturnos perante as autoridades públicas. A sua criação respondeu à necessidade de estabelecer uma posição coletiva frente à legislação e regulamentações urbanas, promovendo o reconhecimento da vida noturna como um setor cultural legítimo e relevante para a cidade. A associação participa ativamente em debates públicos e em sessões no Parlamento Federal, contribuindo para a definição de políticas culturais e do enquadramento legal aplicável aos espaços. Conta já com mais de 300 membros, entre eles, Tesor. Ao institucionalizar os interesses da vida noturna, estas estruturas não apenas legitimam o valor cultural das festas, mas também evidenciam o seu potencial enquanto forma de ação coletiva, contribuindo para a emergência de novos atores políticos. Atualmente, mais do que dos próprios públicos, os esforços políticos e as ações de mobilização têm origem nos espaços e nos seus organizadores.

Tendo em conta este enquadramento mais amplo sobre a cultura *rave* e as suas dimensões simbólicas, torna-se pertinente observar como estas práticas se materializam em contextos específicos. Os casos berlinense e lisboeta oferecem dois cenários contrastantes, que permitem compreender tanto a genealogia internacional do movimento como as adaptações locais.

1.2.2. Planeta Manas

Em Portugal, a cena noturna *underground* não se desenvolveu ao mesmo ritmo da dos outros países europeus, como foi o caso da Alemanha. Ainda assim, segundo Guerra (2015), na década de 90 deu-se a sua disseminação pelo país e estilos de música como o *techno*, o *house* e o *trance* começavam a prosperar em vários eventos organizados maioritariamente em armazéns nas cidades de Lisboa e do Porto. Ao contrário do ocorrido em países como a Inglaterra e a Alemanha, as *raves* em Portugal não tiveram origem em eventos ilegais, passando muito rapidamente por um processo de institucionalização: “A designação *Rave*, no contexto português, surge desajustada ao seu espírito inicial, no entanto continua a ser utilizada para rotular este tipo de festas” (Azevedo, 1998, p.90). Guerra (2015) considera que os próprios espaços onde estas festas são realizadas compõem um dos principais elementos que diferenciam a cultura *rave* das outras culturas e subculturas presentes em Portugal. A autora evoca o conceito de Foucault (1966) de heterotopias, que se refere a espaços que funcionam em condições não hegemónicas, podendo ter múltiplas camadas de significação: “the existence of such a space is dependent on its isolation, due to the fact that as it concentrates on specific actors and meanings, it becomes defined by the inversion, suspension or neutralization of official law and order” (Harvey, 2000, como citado em Guerra, 2015, p.3).

O visível atraso no desenvolvimento do movimento da música eletrónica portuguesa é compreendido por Matias (2019) como uma consequência das políticas de planeamento público dos

governos anteriores aos do início do milénio, que “ao alocar a maior parte dos seus fundos no apoio a eventos desportivos de grande escala, não permitiram que, organicamente, a cena da música eletrónica de dança crescesse no nosso país.” Mais de duas décadas depois, estas continuam a ser as principais limitações enfrentadas pelos espaços de diversão noturna para garantir a sua sobrevivência, agora agravadas pelo aumento contínuo das rendas, impulsionado pela gentrificação urbana da cidade.

Um dos espaços lisboetas dedicados não só à música eletrónica, mas também à representação da comunidade LGBTI+ é o Planeta Manas, um espaço cultural criado em 2021 numa colaboração entre a Associação Cultural Mina¹ e a Rádio Quântica². No website do Planeta Manas pode ler-se “Como espaço e associação, mantemos o nosso compromisso com políticas *queer* transfeminista e anti-racista - transfobia, homofobia, gordofobia, racismo ou qualquer tipo de discriminação não é permitida.”. Apesar do seu sucesso dentro da comunidade, também o Planeta Manas se viu vítima dos obstáculos que outros espaços culturais dedicados à música eletrónica enfrentam: “Rendas altas, uma Lisboa gentrificada e saturada pelos detentores de meios e capital, públicos fragmentados por propostas comerciais, as consequências da mercantilização da cultura e, por fim, a repressão e violência policial”. Estas palavras podem ler-se no comunicado de *Instagram* publicado pelo espaço a 23 de abril de 2025, no qual foi anunciado o seu encerramento.

O encerramento forçado do Planeta Manas reflete não só as dificuldades financeiras enfrentadas por espaços culturais independentes, mas também um clima político e social cada vez mais adverso à diferença e aos discursos alternativos. A crescente repressão de espaços ligados à cultura *underground*, à comunidade *queer* e a movimentos antirracistas não pode ser dissociada do avanço das ideias conservadoras e nacionalistas dos partidos de extrema-direita que têm vindo a ganhar apoio em vários países europeus.

Estes exemplos revelam como os espaços noturnos podem funcionar como lugares de experimentação cultural e até de mobilização política. Contudo, é impossível analisar estas dinâmicas sem considerar o contexto sociopolítico mais vasto, marcado pelo crescimento dos partidos de extrema-direita na Europa, cujos discursos frequentemente colidem com os valores de diversidade e liberdade defendidos por estas comunidades.

1.2.3. O crescimento da extrema-direita europeia

Nas últimas décadas temos assistido a um crescimento dos partidos de extrema-direita na Europa. Países como França, Itália, Alemanha, Hungria, Polónia, Suécia, Espanha e Áustria tiveram nos últimos anos a presença de partidos de extrema-direita nos seus governos ou parlamentos. Segundo Guimarães, embora esta tendência se observe em toda a Europa, isso não implica que os partidos sejam idênticos

¹ A Associação Cultural Mina foi fundada em 2017 e tem sede em Lisboa. Promove eventos focados na inclusão, diversidade e segurança da comunidade queer e de pessoas racializadas.

² A Rádio Quântica é uma rádio comunitária baseada em Lisboa, estabelecida em 2015 e que tem como foco artistas não presentes nas plataformas mainstream.

entre si; no entanto, todos partilham uma posição marcadamente anti-imigração: “Partidos xenófobos e populistas conseguem bons resultados em alguns países europeus. Não é o regresso de uma extrema-direita clássica, mas de partidos fortemente anti-imigração e anti-islâmicos – que acaba por ser o único factor de unidade entre partidos muito diferentes entre si.” (Guimarães, 2012, p.95).

Por outro lado, Silva, et al. (2014) defendem que a extrema-direita contemporânea continua a apresentar as características originais da extrema-direita europeia da década de 1930: “A extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, continua apresentando muitos traços originais do contexto de sua emergência: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade - cultural, étnica, sexual - anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior.” (Silva et al, 2014, p.414). O sucesso destes partidos é uma consequência direta de fatores como crises económicas, a insatisfação com os partidos tradicionais, tensões no debate sobre a imigração e um sentimento geral de insegurança cultural e identitária. No último ano, tanto a Alemanha como Portugal verificaram um crescimento de partidos da direita radical nos resultados das suas eleições.

As últimas eleições federais alemãs aconteceram a 23 de fevereiro de 2025 e trouxeram um resultado histórico para o partido da extrema-direita alemã, o AfD (Alternative für Deutschland), que se tornou a segunda maior força política com 20,8% dos votos e 152 deputados eleitos. Embora o crescimento da extrema-direita seja hoje um fenómeno global e não exclusivo da Europa, o caso da Alemanha assume particular relevância: o resultado obtido pelo AfD representa o melhor desempenho da extrema-direita no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito ao voto jovem, o AfD obteve 21% dos votos entre os eleitores dos 18 aos 24 anos nas eleições de 2025, posicionando-se como a segunda força mais votada neste grupo etário. A crescente polarização política na Alemanha reflete-se especialmente no comportamento eleitoral dos jovens, que têm tendido a afastar-se dos partidos tradicionais em favor de opções situadas nas extremidades do espectro político.

Também em Portugal se realizaram eleições legislativas a 18 de maio de 2025, na sequência de uma nova crise política que aprofundou a crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Embora a coligação Aliança Democrática (AD) tenha vencido as eleições, o verdadeiro destaque da noite foi o partido da extrema-direita, Chega, que alcançou o segundo lugar com 22,8% dos votos e elegeu 60 deputados. Este resultado representa um aumento de cerca de 4,7 pontos percentuais em relação às legislativas de 2024, permitindo ao partido ultrapassar o Partido Socialista (PS) e tornar-se a segunda força política no Parlamento.

Nas últimas eleições, o Chega cresceu em todos os grupos sociais, mas destacou-se particularmente entre o eleitorado masculino com menos de 35 anos. De acordo com as sondagens, tornou-se o partido mais votado entre os homens até aos 55 anos. Fundado em abril de 2019 e liderado por André Ventura, o Chega tem-se afirmado através de um programa político marcado por propostas controversas, como a castração química de agressores sexuais, a introdução da prisão perpétua, a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a deportação em massa de imigrantes em situação irregular. Até às eleições

legislativas de outubro de 2019, os media internacionais apontavam para Portugal como um dos cinco países da União Europeia sem a presença da direita radical no parlamento (Marchi, 2020). Nessas eleições e apenas sete meses após a fundação do partido, André Ventura seria eleito para a Assembleia da República como deputado único.

O crescimento dos partidos de extrema-direita na Europa representa não apenas um regresso do conservadorismo, como também uma reação contra os avanços progressistas conquistados nas últimas décadas (Löwy, 2015). Este panorama traduz-se numa rejeição explícita das políticas pró-LGBTI+, dos direitos reprodutivos e do reconhecimento das identidades de género, identificando-as como ameaças à ideia da família tradicional e aos valores patriarcais. No entanto, são precisamente esses valores que o movimento underground contesta e questiona. Emergindo como espaços temporários de liberdade, diversidade e experimentação, as *raves* rejeitam a ordem social dominante e corporizam uma forma de resistência cultural aos ideais da extrema-direita. Através da celebração da diferença, da horizontalidade organizacional e da ocupação do espaço público ou periférico, estes eventos afirmam-se como manifestações políticas que desafiam a moral conservadora e os discursos de exclusão.

É sabido que os frequentadores deste tipo de festas demonstram uma participação ativa nos debates políticos e na criação destes espaços de resistência, tal como abordado por Braga (2018) e Ott & Herman (2003). São públicos bastante associados ao ideário de esquerda, em parte pela defesa da ideia da criação de uma ‘comunidade’ que partilha os mesmos valores e morais. Um aspeto ainda pouco explorado academicamente, mas que merece particular atenção, é o papel dos próprios espaços noturnos e da produção dos seus eventos na mobilização política dos públicos. À medida que a cultura underground passa por um processo de institucionalização, os espaços noturnos que organizam este tipo de eventos veem-se obrigados a operar segundo uma lógica de mercado, de forma a manter a sustentabilidade financeira e garantir a sua continuidade. Deste modo, podem ser delineados dois cenários distintos: por um lado, os espaços noturnos podem optar por uma postura de neutralidade política, com o objetivo de salvaguardar potenciais apoios financeiros provenientes do Estado ou de entidades privadas; por outro, na tentativa de corresponder às expectativas de um público politicamente ativo, podem sentir-se impelidos a adotar uma posição política mais explícita e assumida.

Perante este avanço conservador, a mobilização dos públicos ligados à cultura *clubbing* não se limita aos espaços físicos. Ela encontra nas redes sociais online um prolongamento essencial, capaz de ampliar vozes minoritárias e contestar narrativas hegemónicas. Assim, a mobilização política digital surge como um novo campo de análise indispensável. Esta articulação entre contexto político e práticas culturais é central para a presente investigação, que procura compreender como os espaços noturnos, através da sua presença digital, se tornam atores políticos não tradicionais.

1.3. O conceito de mobilização política

1.3.1. Mobilização política digital

A mobilização política pode ser definida como um conjunto de esforços individuais ou coletivos que têm como objetivo incentivar, organizar e direcionar a participação política de indivíduos ou de grupos em defesa de uma causa, partido ou ideologia. Estes esforços podem ter origem em espaços físicos, tais como protestos, palestras, debates ou eventos culturais, mas também se manifestam em ambientes digitais, como redes sociais, fóruns online e *websites*. Com o crescimento da utilização das redes sociais online, é cada vez mais frequente depararmo-nos com publicações de caráter político e ativista nos nossos *feeds*. Os elementos basilares da esfera pública tradicional podem agora ser identificados nas plataformas digitais. Autores como Schäfer apontam para a criação de uma esfera pública digital: “Researchers envision the digital public sphere as a communicative sphere provided or supported by online or social media – from websites to social network sites, weblogs and micro-blogs – where participation is open and freely available to everybody who is interested, where matters of common concern can be discussed, and where proceedings are visible to all.” (Schäfer, 2015. p.1).

A esfera pública digital permite uma maior democratização da participação política, uma vez que a maioria das redes sociais online são de uso gratuito e os dispositivos através dos quais acedemos a elas fazem cada vez mais parte do dia-a-dia do cidadão comum. Para além disso, segundo Schäfer, a esfera pública digital surge como uma solução às limitações da esfera pública dos *mass media* apontadas por Habermas (1991), entre elas, a falta do debate público: “Against this backdrop, many scholars have interpreted the advent of online media as a second structural transformation of the public sphere. With the rise of individual web sites and search engines in the early 1990s, the increasing availability of information online, and with growing online audiences, scholars argued that these new media have the potential to fundamentally change societal communication, and revive the public sphere.” (Schäfer, 2015. p.3).

Um elemento bastante importante para o aspeto democratizador das redes sociais online é a sua gratuidade, que torna mais fácil e acessível a comunicação política a atores não tradicionais. Segundo Pereira, “a diminuição dos custos da mobilização é algo relevante para os movimentos sociais, que não possuem, tradicionalmente, muitos recursos financeiros. A ação política via TICs torna-se mais barata, rápida e, por consequência, mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado.” (Pereira, 2011, p.14). Do mesmo modo, a mobilização política digital torna possível a comunicação de mensagens que de outra forma não passariam pelos *media* tradicionais: “As campanhas e as denúncias promovidas pelas entidades, sejam através de seus respectivos sites, blogs, redes sociais ou twitters, são uma ferramenta poderosa para, primeiramente, publicizar determinados fatos que não estejam sendo veiculados nas mídias tradicionais, mas também como mecanismo de apelar ou diminuir os riscos que muitos ativistas sofrem ao desenvolverem suas ações em campo” (Pereira, 2011, p.13). Outro benefício da utilização das redes sociais online para a mobilização política

que não era possível nas ações de mobilização na esfera pública tradicional é a facilidade de levar a mensagem até públicos que de outra forma não iriam interagir com esse tipo de conteúdo. Segundo o autor, “A Internet é uma arma fundamental para atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam “devidamente” convencidos, a participar de ações específicas de protesto, cybernéticas ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo.” (Pereira, 2011, p.16). Earl e Kimport referem-se aos esforços de mobilização política digital como “e-mobilização”: “We call this kind of Web activism an “e-mobilization” because it uses online tools to bring people into the streets for face-to-face protests.” (Earl & Kimport, 2011, p.5).

Estas reflexões orientam a análise dos discursos digitais do Tresor e do Planeta Manas, permitindo observar até que ponto se posicionam como atores políticos não tradicionais.

1.3.2. O discurso político digital e novos atores políticos

Tendo em conta estes fatores, é possível afirmar que a comunicação política já não se limita ao plano institucional nem à mediação exclusiva dos *media* tradicionais. Atualmente, estende-se também a um espaço digital mais horizontal e participativo, onde qualquer utilizador pode expressar publicamente as suas opiniões e potencialmente alcançar vastos públicos. O comentário político, anteriormente reservado a especialistas e figuras de autoridade nos meios convencionais, tornou-se uma prática trivial entre utilizadores comuns, que produzem, partilham e debatem temas da esfera pública. Assim, são criados novos atores políticos capazes de mobilizar tantos ou mais cidadãos do que os atores políticos estabelecidos, como os partidos políticos.

Exemplo de atores políticos não-tradicionais são as discotecas e os coletivos que recorrem às suas redes sociais para mobilizar os seus públicos e denunciar injustiças. Embora tradicionalmente associadas ao entretenimento, estas instituições culturais têm vindo a posicionar-se como atores relevantes na esfera pública digital, utilizando as suas plataformas para promover discursos antidiscriminatórios, organizar protestos contra a violência policial ou incentivar o voto dos jovens contra as políticas da extrema-direita. Como defende Hamidi (2006, como citado em Luhtakallio e Eliasoph, 2014), existem formas de ação política que têm lugar fora da esfera da política institucional, incluindo atividades que não são imediatamente reconhecidas como políticas, e nas quais os próprios agentes podem até não se identificar como ativistas. A utilização das redes sociais para a mobilização política por parte das discotecas é um exemplo desta lógica.

Assim, estes espaços tornam-se atores políticos que, fugindo aos formatos tradicionais, recorrem à lógica algorítmica das redes sociais para promover a mobilização política. Os dois casos de estudo analisados nesta dissertação (Tresor e Planeta Manas), exemplificam esta tendência, utilizando as redes sociais tanto para a disseminação de mensagens com teor político como para apelar à participação ativa dos seus públicos. As suas comunicações digitais serão analisadas no capítulo 3. Não constituindo atores políticos tradicionais, os discursos dos espaços de diversão noturna não atingiriam o seu público-alvo

com tanta rapidez se não fossem partilhados nas plataformas digitais. Segundo Campos, et al, “Os média digitais permitem criar circuitos paralelos de informação, de empowerment daqueles que não detêm grande capacidade de expressão na esfera pública. Isto é especialmente relevante para pequenos grupos que defendem causas minoritárias. Através da sua forte presença na esfera pública digital, estes podem marcar a agenda política, podem ser veículos de ‘contrainformação’ que questionam o ‘pensamento hegemónico’ ou as ‘narrativas dominantes’” (Campos *et al*, 2016, p.40).

Ainda assim, existem limitações relacionadas à mobilização política digital. Os autores apontam para uma possível “desvirtuação” e enfraquecimento da militância ativista: “Um dos desafios é, precisamente, superar a facilidade daquilo que muitos definem como o “clickactivism” ou “ativismo do like/de sofá”. A rua é ainda o espaço simbólico do combate ativista.” (Campos *et al*, 2016, p.41). De acordo com esta perspetiva, para que os esforços de mobilização política sejam realmente eficazes, é necessário que estes se traduzam em ações concretas no espaço público físico ou na esfera pública tradicional, incentivando os cidadãos digitais a adotar uma participação ativa. As plataformas digitais, neste sentido, não devem ser entendidas como o local onde a mudança efetiva ocorre, mas sim como um canal de transição que a conduz para as ruas. Pereira vai mais longe e afirma que, para que os internautas militantes se sintam motivados a participar nas ações de mobilização promovidas pelas entidades, é necessário que a iniciativa parta deles próprios. Por outras palavras, “que estejam dispostos a acessar as páginas das entidades e possam ver o que está a acontecer em termos de mobilização, ou que estejam vinculados a alguma lista de discussão ou lista de emails para que estejam informados sobre o que está a ocorrer” (Pereira, 2011, p.16).

Assim, será apenas possível avaliar o verdadeiro impacto da comunicação política digital das discotecas e dos coletivos culturais se analisado paralelamente à adesão do público às ações de mobilização e participação concretas anunciadas.

A mobilização online constitui apenas uma das faces da ação política. A outra manifesta-se nos próprios discursos e práticas que emergem dentro dos espaços culturais. Esta dimensão remete para o conceito de resistência, em particular na sua vertente discursiva e simbólica.

1.3.3. Eficácia e limites da mobilização digital.

Os resultados corroboram a literatura que destaca as potencialidades de baixo custo, alcance e personalização da ação em plataformas digitais (Schäfer, 2015; Bennett & Segerberg, 2012; Pereira, 2011), mas também os seus limites – risco de *clickactivism* e dificuldade de transpor o engajamento simbólico para a participação presencial (Campos *et al.*, 2016). Na ausência de métricas de resultado (p. ex., *reach*, *engagement*, conversão em presença em protestos/voto), recomenda-se prudência causal: as publicações analisadas mostram repertórios e enquadramentos consistentes com *e-mobilização* (Earl & Kimport, 2011), mas não autorizam inferências robustas sobre efeitos comportamentais. Esta advertência é coerente com o próprio desenho qualitativo e com o caráter exploratório do estudo.

1.4. O conceito de resistência

1.4.1. Michel Foucault

Todos os esforços de mobilização política digital compõem uma forma de discurso, conceito este que, segundo Foucault, está sempre associado à ideia de poder: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear nos.” (Foucault, 2003, p.2).

Ao recorrerem às redes sociais online para divulgar mensagens políticas, organizar protestos ou denunciar injustiças, os espaços culturais e as discotecas não apenas exercem um certo poder, como também o confrontam diretamente. Segundo Moore, “Foucault, then, saw power in terms of ownership. The owners of discourse were the owners of power.” (Moore, 1997, p.153). Da mesma forma, o autor defende que o poder não emana exclusivamente das camadas superiores da sociedade para ser imposto às camadas oprimidas, mas que está disseminado por toda a parte, tal como o discurso. Assim, onde há poder, há resistência (Foucault, 1978).

Constituindo o discurso político digital uma forma de poder, também este se relaciona à ideia de resistência. Ainda que estes discursos desafiem ativamente ideologias cada vez mais inseridas no *status quo*, como é o caso dos partidos da extrema-direita europeia, a sua existência presume sempre a posse de poder por parte dos detentores do discurso, tornando-o num ato de resistência.

1.4.2. Resistência discursiva

Para além dos esforços de mobilização política por parte dos espaços de diversão noturna no digital, as suas instalações físicas são também palco de atos de resistência discursiva. Meneses, apesar de explorar o conceito de bar, apresenta uma definição de espaço de lazer noturno como locais de resistência coletiva aos discursos regentes: “Bares não são simplesmente espaços físicos para uma experimentação (sexual e social) mais segura; nem é apenas fisicamente que poderemos ler a sua delimitação dentro da cidade. Neles se procede também à elaboração de um discurso colectivo de diferenciação pela positiva, de oposição ao discurso da sociedade envolvente acerca da homossexualidade. Num certo sentido, estes são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação.” (Meneses, 2000, p. 937).

Segundo Moore, o ato de frequentar estes espaços pode não ser sempre sinónimo de resistência, uma vez que a definição do que constitui uma ação política é bastante lata: “Clubbing may or may not be viewed as a predominately “political” or resistant practice depending on one’s perspective as to what counts as political action. A subcultural movement involving practices of resistance must hold something dear that is, or that is perceived to be, under threat. Dance club culture is “alternative,” even “resistant,” in the sense that clubbing and related drug use frequently come under the scrutiny of the bastions of conservatism, why view such hedonism as a threat to the established moral order.” (Moore, 2014, p.461). O conceito de resistência é também explorado por Ott e Herman, que o definem como “symbolic and material practices that challenge, subvert, or suspend the cultural codes, rules, or norms,

which through their everyday operation create, sustain, and naturalize the prevailing social structure in a particular space and time.” (Ott e Herman, 2016, p.266). Com base nestas ideias, compreende-se que os espaços de diversão noturna como o Tesor ou o Planeta Manas têm capacidade de serem locais onde ocorrem atos de resistência contra discursos regentes. No entanto, para que práticas contra-hegemónicas se mantenham possíveis, é fundamental assegurar um conjunto de condições específicas. Entre elas, destaca-se a existência de uma *door policy* (em português, política de porta) rigorosa o suficiente para seleccionar o público, mas que garanta a entrada de comunidades marginalizadas, como a comunidade LGBTI+, pessoas migrantes, pessoas negras ou mulheres. Soma-se a isto o cuidado na programação artística e musical, de modo a dar visibilidade a artistas e *DJ's* pertencentes a estas comunidades ou que defendam ativamente as suas causas; a implementação de políticas de não utilização de câmaras, regra consolidada nos eventos de música eletrónica em Berlim, mas ainda pouco enraizada na cena underground portuguesa; e a presença de equipas de segurança e de sensibilização capazes de tornar mais seguro o uso recreativo de substâncias.

Se a resistência pode ser entendida em termos discursivos e digitais, ela também se concretiza nos modos de organização das festas e nos mecanismos que estruturam a sua vivência. Neste sentido, a festa deve ser abordada como um espaço privilegiado de resistência, onde se expressam políticas de inclusão, proteção e contestação.

1.5. A festa como um espaço de resistência

1.5.1. A representação de comunidades marginalizadas

Numa época em que os partidos de extrema-direita crescem com a normalização de discursos de carácter xenófobo contra comunidades imigrantes, cresce também a necessidade da criação de espaços seguros para estes grupos. Braga (2018) destaca que, em Berlim, a criação de espaços seguros para a comunidade LGBTI+ e para as mulheres é uma prática recorrente na vida noturna, tanto em discotecas e bares voltados ao público *gay* quanto naqueles frequentados por um público mais heteronormativo. Em festas frequentadas predominantemente por homens homossexuais, as entrevistadas relataram um sentimento de “libertação”. Paralelamente, existem discotecas direcionadas sobretudo a pessoas heterossexuais, como a AboutBlank, que implementaram medidas para reduzir casos de assédio e tornar o ambiente mais confortável para as mulheres, entre elas, a proibição de que homens fiquem com o torso nu.

Segundo Braga, “Esta postura está baseada em certo carácter político, que prezaria pela igualdade de género. Por um lado, temos as festas *queer*, onde não só os homens são encorajados a tirarem a roupa, como também algumas mulheres se sentem à vontade para tal. Por outro, se não há a certeza de que os homens respeitarão o espaço da mulher independentemente da sua roupa, veta-se o direito dos homens de exporem seus dorsos, instaurando assim uma espécie de igualdade pela interdição.” (Braga, 2018, p.260). Apesar desta ser uma política que gera algumas críticas, o autor aponta para o facto da mesma ser um reflexo da história da cidade e da Alemanha e dos seus “fantasmas da opressão e do

autoritarismo” (Braga, 2018, p.260), que por vezes invocam uma postura combativa mais radical bastante relacionada com o próprio autoritarismo, criando um paradoxo entre o caráter libertador dos eventos e as rígidas regras impostas pelos mesmos. O mesmo pode ser observado com a adoção de *door policies*, os requerimentos necessários para a entrada nos espaços, que, apesar de não ser um tema tão discutido em Portugal, já se tornaram um símbolo da vida noturna de Berlim.

1.5.2. A *door policy*

A *door policy* é uma prática bastante comum nos espaços de diversão noturna da cidade de Berlim, constituindo um elemento de mistério relativamente aos critérios que determinam o acesso aos espaços que torna a entrada neles mais restrita e por isso, desejável. A ideia principal da *door policy* é proteger o ambiente de liberdade da festa. Segundo Thornton (1995), as *door policies* são muitas vezes apenas utilizadas como um último recurso. Se o acesso à informação sobre a festa e o gosto musical falharem na segmentação do público, os seguranças recusaram a entrada àqueles que “não pertencem” à cena. (Braga, 2018).

Ao permitir uma maior curadoria do público, as *door policies* permitem também a diminuição de episódios de discriminação nos espaços, uma vez que o público seria selecionado à entrada. No entanto, aqui é criado um paradoxo relativamente à ideia de liberdade e democracia que cerca estas festas, que talvez esteja limitado ao interior dos eventos. Ainda assim, o autor argumenta: “Em nome da manutenção da liberalidade e da horizontalidade das festas, promove-se um relativo fechamento e controle do acesso. Apenas aqueles que apresentam certo compartilhamento de códigos e símbolos, em suma, detêm certo capital subcultural, teriam acesso irrestrito.” (Braga, 2018, p.184).

Por outro lado, o controlo do acesso poderá causar um certo tipo de discriminação e falta de representação de certos grupos étnicos nas festas. Rodgers aponta para a ausência de pessoas de etnia turca e árabe nas festas underground em comparação à percentagem de nativos da cidade em questão: “A ideia de que estas festas não são atrativas para este público se alia à certa concepção preconceituosa de que turcos e árabes, especialmente homens, seriam mais propensos a atitudes homofóbicas e sexistas.” (Rodgers, 2015, como citado em Braga, 2018, pp.185-186). Segundo a autora, este estereótipo poderá explicar a ausência destes grupos, uma vez que as *door policies* seriam mais duras para eles ao ser-lhes negada a entrada mais frequentemente. Ott e Herman argumentam que existe uma dinâmica de poder entre o proprietário da discoteca e os seus frequentadores: “The owner decides what counts as entertainment, establishes the price of entertainment (admission, liquor, etc.), and creates and enforces the rules of acceptable behavior.” (Ott e Herman, 2003, p.24).

1.5.3. O *anti-panóptico*: Políticas de não utilização de câmaras

Originalmente pensado para a organização de estabelecimentos prisionais, o modelo arquitetónico do panóptico foi introduzido por Jeremy Bentham e consiste num edifício circular com uma torre de

observação no centro que permite que um único vigilante observe todas as celas. A possibilidade de vigilância constante conduz os prisioneiros à autodisciplina. Mesmo que não estejam a ser observados a todo o momento, mas existindo a possibilidade de tal, os vigiados comportar-se-iam como se estivessem sempre a ser observados. Foucault (1987) recorre à ideia de Bentham, utilizando-a como uma metáfora para as relações de poder na sociedade moderna, na qual a possibilidade de uma vigilância constante se torna um mecanismo necessário para o controlo social. Com a inserção de tecnologias como telemóveis, câmaras de vigilância e até as próprias redes sociais no nosso dia a dia, a vigilância constante torna-se mais do que uma possibilidade, uma certeza. Numa sociedade do controlo, a utilização de dispositivos com câmaras, como os smartphones, seria necessária para a manutenção do status-quo. A rebelião ou os atos contra o regime não são favoráveis à sua preservação e, por isso, seriam vigiados, registados e desencorajados através de um sistema de monitorização constante.

Contrariamente a esta tendência, cada vez mais são as discotecas e coletivos culturais a empregarem políticas de não utilização de câmaras, colocando um pequeno autocolante nas câmaras dos telemóveis dos participantes à entrada do evento ou proibindo por completo a utilização de telemóveis dentro do recinto da festa. Drevenstedt (2020) aponta para a fadiga digital como um dos principais motivos da regra: os indivíduos procuram cada vez mais locais onde possam conhecer pessoas novas organicamente e a proibição ou o desencorajamento do uso do telemóvel permite uma maior abertura às interações sociais: “Our interactions with our surroundings take place through an electronic filter. As a result, the digitally saturated public sphere is increasingly unsuitable as a space for interacting with others. Clubs serve as an escape from this everyday urban life.” (Drevenstedt, 2020, p.16). Da mesma forma, estes são espaços onde o movimento corporal é encorajado e nos quais poderá existir nudez parcial e o uso recreativo de substâncias, fatores estes que não requerem anonimato por si, mas que beneficiam dele. Autores como O’Reilly (2020) defendem a ideia de que a proibição de tirar fotografias contribui para a manutenção da privacidade do espaço, permitindo que o público se divirta sem inibições. Segundo Bell, “Once inside, the space is liberated from the shadow world of social media, except as a means of telling your friends where you are. People who take their phones out for longer than a moment get frowned on and it shows. In all the corners, and chill out rooms and in the garden, people are actually talking to each other. The only network you need is inside the club.” (Bell, 2018, p.5).

A não utilização de câmaras e, por vezes, de telemóveis, reflete uma quebra na constante vigilância a que estamos submetidos no dia a dia, contribuindo para o elemento democratizador da festa. Apesar de, como discutido, o processo de entrada nos eventos não ser sempre equitativo, dentro da festa, as classes sociais, idade, género e orientação sexual não têm tanto peso nas interações sociais e na criação de relações de poder como na “vida real”. A oposição entre a festa e a “vida real” é uma dicotomia interessante explorada por autores como John (2004) e Durkheim (1995 [1912]), que comparam os espaços da festa a uma espécie de “meta-experiência” ou um ritual religioso que vai além da sua representação física. Assim, sem a existência de câmaras, as ações que noutro contexto seriam censuradas são agora encorajadas ou, pelo menos, não censuradas. Se na sociedade contemporânea

estamos submetidos a diversos níveis de controlo constante, no espaço da festa assiste-se precisamente ao oposto.

Apesar de, segundo a visão de Foucault, as redes sociais online poderem atuar como mecanismos de controlo, elas desempenham um papel cada vez mais importante na comunicação política e na divulgação de ações de mobilização. Se as discotecas, coletivos culturais e organizadores de eventos pretendem incentivar a mudança social, já não é suficiente cingir-se à comunicação física no local. Na era digital, para a mensagem alcançar o público jovem, é necessário que esta seja comunicada de forma atrativa e personalizada nas redes sociais, de modo que os utilizadores se identifiquem com o seu conteúdo. Bennett e Segerberg abordam a crescente necessidade da personalização da mobilização política digital: “In personalized action formations, the nominal issues may resemble older movement or party concerns in terms of topics (environment, rights, women’s equality, and trade fairness) but the ideas and mechanisms for organizing action become more personalized than in cases where action is organized on the basis of social group identity, membership, or ideology.” (Bennett e Segerberg, 2012, p.744).

Em suma, a literatura analisada evidencia que as festas e espaços de diversão noturna não são apenas locais de entretenimento, mas assumem uma dimensão política e cultural relevante, ora enquanto territórios de resistência, ora como atores de mobilização digital. Este enquadramento permite problematizar a questão de investigação central deste trabalho: de que forma os espaços noturnos, concretamente o Trespas em Berlim e o Planeta Manas em Lisboa, atuam como agentes de resistência cultural e política num contexto de ascensão da extrema-direita na Europa? A revisão de literatura oferece, assim, o pano de fundo teórico necessário para compreender como estes espaços se posicionam entre a lógica de mercado, a institucionalização crescente e a manutenção de práticas contra-hegemónicas.

CAPÍTULO 2

Metodologia

2.1. Justificação dos casos de estudo

Após a revisão da literatura existente e do estado da arte, o presente capítulo apresenta a metodologia adotada na recolha de dados para análise. A partir de uma abordagem qualitativa, a investigação pretende compreender o papel da cultura *clubbing* na mobilização política dos jovens contra a extrema-direita em Berlim e Lisboa. A escolha destas cidades decorre de uma combinação de fatores de relevância cultural, política e académica. Berlim aparenta ser uma escolha óbvia não só por ser considerada a capital da cultura *clubbing* e da música eletrónica, mas também por se ter tornado um epicentro europeu de mobilização e resistência política após a queda do muro de Berlim. Lisboa, apesar de não ter esta cultura tão enraizada, tem cada vez mais coletivos e discotecas que se destacam pela promoção de diversidade e pelo seu posicionamento contra a exclusão social.

Da mesma forma, ambas as cidades possuem espaços de diversão noturna que procuram ser vozes ativas nas redes sociais nos discursos contra as injustiças sociais e na mobilização política contra a extrema-direita. Em Berlim, destaca-se Tresor, um espaço histórico na vida cultural da cidade que, durante as últimas eleições federais alemãs, recorreu às redes sociais para apelar ao voto do seu público. Já em Lisboa, temos o caso do coletivo Planeta Manas, um espaço cultural que identifica o seu compromisso com políticas de inclusão. Também este recorreu às redes sociais para apelar à mobilização política do seu público nos meses anteriores às eleições legislativas portuguesas, denunciando os casos de violência policial dos quais foi alvo. Embora o Planeta Manas tenha encerrado atividade posteriormente, a sua inclusão justifica-se pela relevância do material produzido durante o período em que se encontrava ativo, entre 2021 e 2025.

2.2. Recolha de dados

Dada a natureza exploratória do estudo, isto é, uma vez que o seu objetivo é compreender como são criados os significados, discursos e práticas e não medir a sua frequência, recorreu-se a uma análise qualitativa que engloba entrevistas semiestruturadas aos fundadores e cofundadores dos espaços e uma análise de todos os *posts* com mensagens políticas publicados pelas contas de Tresor, Planeta Manas e da associação Clubcommission, da qual Tresor é membro, nos seis meses anteriores às eleições de cada país. A presença da Clubcommission na análise justifica-se pelo papel de representação institucional que desempenha na cena *clubbing* berlinense, funcionando como porta-voz político de um conjunto alargado de discotecas da cidade, incluindo Tresor. Desta forma, a sua análise não visa estabelecer uma comparação direta com o Planeta Manas, mas sim enriquecer a compreensão do contexto discursivo e da mobilização coletiva em torno da cultura *clubbing*.

2.2.1. Entrevistas

As entrevistas semiestruturadas constituem um dos principais métodos de recolha de dados deste estudo. A preferência dada a esta abordagem deve-se ao interesse em compreender mais profundamente as motivações, perceções e ações dos espaços de diversão noturna em análise no que toca à mobilização política do seu público e ao papel que estes desempenham na luta contra os discursos da extrema-direita. Uma vez que o objetivo é compreender este fenómeno através da ótica dos organizadores de eventos e não do público, optou-se por entrevistar o fundador de Tresor e um dos cofundadores do Planeta Manas, sendo que estas são figuras que desempenham um papel ativo não apenas na gestão dos espaços, mas também na definição das suas posições públicas e políticas. As entrevistas têm um carácter semiestruturado por permitirem que se siga a conversa em torno de tópicos previamente definidos, mas ainda assim abrir espaço para que os entrevistados introduzam novas dimensões relevantes. Os guiões das entrevistas foram elaborados a partir da revisão literária e dos objetivos da pesquisa, podendo ser divididos em quatro pontos principais:

1. Caracterização do espaço, origem e funcionamento
2. A situação política atual
3. Mobilização política física
4. Mobilização política digital

Os guiões podem ser encontrados nos Anexos.

As entrevistas foram realizadas individualmente. Com o consentimento de ambos os entrevistados, foi decidido manter as suas identidades. Ambas as entrevistas foram gravadas, com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas integralmente para análise.

2.2.2. Análise das publicações nas redes sociais

Para a análise das publicações foi construído um corpus composto por todos os *posts* publicados no Instagram pelas contas de Tresor (Tresor.Berlin e Tresor.West), da Clubcommission e do Planeta Manas, nos seis meses anteriores às eleições federais alemãs e às eleições legislativas portuguesas de 2025. Foi analisada exclusivamente a rede social Instagram, por ser a única plataforma utilizada em simultâneo por Tresor, Clubcommission e Planeta Manas. Foram contabilizadas todas as publicações com conteúdo político, isto é, aquelas que apelam à participação política e cívica, denunciam situações de injustiça social ou se posicionam contra discursos políticos. Foram recolhidas, no total, 324 publicações: 147 de Tresor, 94 da Clubcommission e 83 do Planeta Manas, isto é, todas as publicações no Instagram nos seis meses anteriores às eleições. Após a triagem, foram analisadas 13 publicações: 1 de Tresor, 7 da Clubcommission e 5 do Planeta Manas. Apesar de se tratar de um corpus de tamanho reduzido, será suficiente para atingir os objetivos exploratórios desta pesquisa.

2.2.3. Critérios de inclusão/exclusão e definição operacional

Para efeitos de análise, consideraram-se “publicações com conteúdo político” aquelas que (i) apelavam explicitamente à participação cívica/política (p. ex., voto, protesto, petições), (ii) denunciavam injustiças sociais (p. ex., violência policial, discriminação), ou (iii) enunciavam princípios/valores de organização política (p. ex., “democracia”, “diversidade”, “comunidade”, “respeito”), em linha com a literatura sobre mobilização digital e esfera pública online (Schäfer, 2015; Pereira, 2011; Earl & Kimport, 2011; Campos et al., 2016). Foram excluídas publicações meramente promocionais (programação artística, *flyers*, *recaps* de eventos sem mensagem política associada) e conteúdos repetidos (mesma peça em *carousel* ou *repost*).

2.2.4. Procedimentos de rigor

A análise temática (Braun & Clarke, 2006) seguiu as seis fases propostas, com registo sistemático de *códigos* e *memos*. Para mitigar vieses interpretativos, adotou-se: (i) *audit trail* dos critérios de codificação e decisões de inclusão/exclusão; (ii) verificação interna de consistência por releitura em momentos distintos; (iii) triangulação leve entre materiais (entrevistas ↔ posts), conforme a recomendação de leitura paralela para completar raciocínios ausentes (Michelat, 1980, como citado em Rover, 2012). O objetivo foi assegurar coerência entre categorias e temas e sua aderência à questão de investigação.

2.3. Procedimentos de análise

As análises das entrevistas e dos posts seguiu o modelo proposto por Braun e Clarke (2006) de análise temática: “Thematic analysis is a method for identifying, analysing, and reporting patterns (themes) within data. It minimally organises and describes your data set in (rich) detail.” (Braun & Clarke, 2006, p. 6). Segundo as autoras, um tema consiste numa resposta ou significado padronizado que deriva dos dados recolhidos e responde à questão de investigação. O método pode ser dividido em seis fases: a familiarização com os dados, codificação, procura de temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e a produção do relatório (Braun & Clarke, 2006, pp. 16-24). Segundo a analogia proposta pelas autoras, se a análise no seu todo representa uma casa, então os códigos representariam os tijolos e os temas as paredes e o teto. A procura e identificação dos temas é um trabalho fundamentalmente interpretativo.

Segundo esta metodologia, as entrevistas foram transcritas integralmente e lidas cuidadosamente com o objetivo de atingir um maior nível de familiarização com o material. Em seguida, os textos foram codificados e organizados por categorias, destacando-se frases, palavras e expressões recorrentes. Posteriormente, foram procurados temas frequentes nas respostas de ambos os entrevistados. Estes temas foram revistos tendo em conta a coerência e a distinção entre si, até ser alcançado um conjunto que refletisse ambos os discursos de forma precisa. De seguida, os temas foram nomeados de acordo

com a sua pertinência para a questão de investigação. Segundo Michelat (1980, como citado em Rover, 2012), a análise temática de ambas as entrevistas em paralelo torna os resultados mais precisos: “um elemento do ‘raciocínio’ pode faltar em uma entrevista e ser encontrado em outra. Um elemento que só apareceu em uma entrevista pode, assim, levar a um novo ‘questionamento’ do conjunto do material” (Michelat, 1980, como citado em Rover, 2012. p.25). Na análise dos posts aplicou-se a mesma metodologia, adaptada ao material visual e textual. Os posts foram descritos de forma detalhada desde a legenda até aos elementos visuais. Posteriormente, foram criados códigos que traduziram os padrões de significados presentes nas publicações, relacionando-os com as formas de mobilização, posicionamentos políticos e estratégias de representação adotadas. A partir da codificação, os dados foram agrupados em temas que identificam significados mais amplos, seguindo as etapas de revisão, definição e nomeação propostas por Braun e Clarke (2006).

Por fim, os resultados obtidos a partir das entrevistas e dos posts foram analisados em paralelo, o que permitiu observar as convergências e divergências entre os discursos individuais dos participantes e os discursos partilhados no Instagram. Esta vertente comparativa da análise permitiu a identificação de temas suficientemente representativos, que servirão de base para a apresentação dos resultados no capítulo seguinte.

2.3.1. Considerações éticas adicionais

Não foram necessárias considerações éticas adicionais, uma vez que as entrevistas não envolveram grupos marginalizados ou populações vulneráveis, mas sim os fundadores e cofundadores dos espaços analisados. Tal como referido anteriormente, a utilização dos nomes dos entrevistados foi uma decisão consentida pelos mesmos, uma vez que ambos representam vozes ativas na indústria. As entrevistas incidiram sobre fundadores/cofundadores enquanto agentes públicos nos respetivos ecossistemas culturais; o consentimento informado incluiu autorização para identificação e citação. A análise de publicações no *Instagram* recorreu apenas a conteúdos publicamente acessíveis, respeitando integralmente os termos de uso da plataforma. Ainda assim, reconhece-se a sensibilidade acrescida quando estão em causa comunidades marginalizadas; daí a opção por descrever práticas e enquadramentos sem expor identidades individuais de frequentadores, em coerência com a literatura sobre poder/discurso e vigilância (Foucault, 2003; 1987).

As limitações sentidas na análise recaíram sobretudo na dificuldade em avaliar empiricamente a eficácia das comunicações digitais analisadas, causada pela ausência de dados quantitativos sobre o impacto real das mensagens.

Importa ainda salientar que a utilização combinada de entrevistas e análise de *posts* possibilita uma compreensão mais ampla e articulada do fenómeno em estudo. As entrevistas semiestruturadas fornecem acesso às motivações internas, perceções e racionalidades dos organizadores, permitindo compreender como estes pensam o papel político e cultural dos seus espaços. Já a análise dos *posts* no Instagram

evidencia as estratégias públicas de mobilização e comunicação, isto é, a forma como essas motivações se traduzem em mensagens dirigidas ao público e em práticas discursivas visíveis no espaço digital.

Deste modo, as entrevistas oferecem uma perspectiva “de dentro”, centrada na experiência e no posicionamento dos atores, enquanto os *posts* revelam a perspectiva “para fora”, materializada nas formas de interpelar e mobilizar os públicos. A articulação entre os dois métodos enriquece a análise comparativa, permitindo observar tanto a coerência como as possíveis tensões entre discurso interno e discurso público. Estes resultados, explorados de forma integrada, servirão de base para a apresentação e discussão no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

Análise empírica: os casos “Tresor” e “Planeta Manas”

Como referido no capítulo da metodologia, foram realizadas entrevistas ao fundador de Tresor e a um dos cofundadores do Planeta Manas, que serão analisadas paralelamente ao longo do presente capítulo. Para tal, foram identificados vários subtemas recorrentes relacionados à mobilização física, que convergem em três grandes temas principais: políticas e regras dos espaços, comunidades marginalizadas e apoios financeiros.

3.1. A mobilização física

Ambos os entrevistados identificaram os espaços em questão como pontos importantes na mobilização política dos seus frequentadores e nas dinâmicas culturais, sociais e políticas das cidades onde estão inseridos. Segundo Dimitri Hegemann, o fundador de Tresor, uma das maiores causas da radicalização dos jovens e da aproximação aos movimentos de extrema-direita é a solidão e o refúgio nas redes sociais. Neste sentido, as discotecas agem como locais de troca de experiências onde é criada uma noção de comunidade: “It's like a new format of a hospital for mental health”. Marum, cofundador do Planeta Manas, refere que a ideia da abertura do espaço cultural *queer* teve origem na necessidade da criação de espaços de resistência à extrema-direita, à polícia e às “forças normativas”. Segundo o entrevistado, espaços como o Planeta Manas são pontos de encontro necessários à comunidade LGBTI+, “porque muitas das pessoas vivem nos armários e não têm espaços onde se possam exprimir ou cresceram em contextos conservadores, com pais e famílias que votam na extrema-direita”.

Da mesma forma, é um espaço onde pessoas de diferentes culturas e grupos sociais se encontram: “se calhar este pessoal conservador acaba por ver pessoas *queer* e se talvez partilhem um gosto pela mesma música ou sentem que são dissidentes no contexto social.” Segundo o cofundador, a ideia do Planeta Manas surgiu com o “Pensar na arte e na cultura como um poder transformador social para mobilizar pessoas, criar contextos mais seguros para as pessoas se encontrarem, para se organizarem, para pensarem também a cidade em que vivem, para pensar a política, para pensarem os seus corpos, para pensarem um monte de coisas que nós também já queríamos contestar.”. Ambos os entrevistados se referem a Tresor e ao Planeta Manas como espaços interdisciplinares, nos quais a comunidade representa um papel importante.

No que toca ao aspeto democrático dos espaços de diversão noturna explorado por autores como Braga (2018) e Ott & Herman (2009), Dimitri refere que clubes como Tresor têm a capacidade de fortalecer a democracia. O entrevistado refere o papel conector que a música trouxe para o pós-guerra “Techno brought us together. So there is hope that one day we will dance together. I think dancing is better than marching. The young boys in Ukraine or in Russia don't want to kill each other. [...] They want to dance.”. Segundo o entrevistado, um espaço com uma programação bem curada e variedade de atividades é uma arma contra o crescimento da extrema-direita nas cidades, pois nele é criada uma

comunidade que fixa os jovens e os impede de seguir estes movimentos radicais. Segundo Marum, o Planeta Manas atua também como um espaço de resistência às forças repressivas da extrema-direita, em especial após as invasões policiais das quais foi alvo: “Muitas das vezes nós sentíamos que já não estávamos a organizar uma noite de música, estávamos a organizar ali um espaço de resistência.”. Ainda assim, o entrevistado refere o paradoxo existente entre local de lazer e local de resistência: “Para pessoas que já resistem todos os dias, fica difícil se também o espaço de convívio, de diversão e de experimentação artística se tornar um espaço onde tens de estar a barricar e tens de estar com medo se não há paisanas e garantir que as pessoas que estão lá dentro estão seguras.”. Da mesma forma, o cofundador referiu que vários dos colaboradores do coletivo são pessoas imigrantes em situações de irregularidade e por isso é necessário mantê-las seguras.

3.1.1. Políticas e regras dos espaços

No que toca às políticas e regras de ambos os espaços, Dimitri começou por mencionar a rigorosa política de não utilização de câmaras existente no Tresp. Para o fundador, a regra assenta no princípio da privacidade do público e representa uma forma de proteção para os grupos marginalizados, como é o caso da comunidade LGBTI+. Segundo o entrevistado, esta regra previne que a imagem do público seja colocada nas redes sociais e permite uma maior imersão no momento e na experiência. Segundo o cofundador do Planeta Manas, a questão das câmaras é algo bastante importante, pois pode constituir uma forma de vigilância digital, ideia explorada no subcapítulo 1.5.3 *O anti-panóptico*: Políticas de não utilização de câmaras. Para Marum, apesar das imagens capturadas nos eventos poderem não ser publicadas nas redes sociais, sendo apenas partilhadas na esfera privada, isto pode constituir uma ameaça aos grupos marginalizados e pessoas em situações de vulnerabilidade: “Tendo em conta a sociedade hoje em dia que é hipermediatizada e orientada para as câmaras, para mim era importante criar um contexto em que nem tudo fosse filmado, em que as pessoas também se capacitem de estar confortáveis no seu corpo, na sua sexualidade e nos seus comportamentos. E uma câmara acaba por inviabilizar muito disso.” Ainda assim, o cofundador refere que, enquanto as câmaras podem ser um objeto de vigilância, também representam uma forma de criar um legado e imortalizar narrativas e memórias que poderão ser fonte de inspiração para gerações futuras. Neste sentido, apenas um evento do Planeta Manas tinha uma política rigorosa de não utilização de câmaras, a Mina. Em todos os outros, a utilização de telemóveis e câmaras era desencorajada, mas não proibida.

Outra política presente em ambos os espaços é a existência de uma *door policy*. A ideia apresentada por Thornton (1995) de como estas regras apenas são utilizadas como um último recurso foi confirmada pelo cofundador do Planeta Manas, ao afirmar que muitas vezes a entrada fica mais restrita apenas porque o espaço se encontra cheio naquela noite. Da mesma forma, Marum refere que não existe *door policy* perfeita e que todas representam um paradoxo, pois ao dar prioridade a um grupo de pessoas estamos a dificultar a entrada a outro. Rodgers (2015) aponta como as *door policies* podem ser discriminatórias para certos grupos étnicos. Ainda assim, no espaço do Planeta Manas era dada

prioridade aos grupos que noutros contextos sociais estão em desvantagem: “[A nossa *door policy*] é inclusiva na medida em que estamos a tentar dar prioridade a pessoas que são no mundo, no mundo outside of these doors, already discriminated in ways that you are not.”.

Para Dimitri, a *door policy* também é uma questão complexa. Embora atualmente o clube conte com seleção à porta feita maioritariamente por mulheres treinadas e integrantes da awareness team, nem sempre foi assim. Quando a discoteca abriu e alcançou sucesso imediato, foram contratados seguranças vindos de espaços como aeroportos, que não estavam preparados para lidar com o público do Tresor nem possuíam a sensibilidade necessária para a seleção. Por isso, Dimitri considera fundamental formar internamente as suas equipas e evitar recorrer a empresas de segurança externas. De igual modo, o Tresor investe no treino das equipas de awareness presentes dentro dos eventos, de forma a garantir a segurança e o bem-estar do seu público. No caso do Planeta Manas, a redução de danos e a educação para um consumo mais seguro de drogas assumem também um papel central. De acordo com Marum, o coletivo colaborou com o Ministério da Saúde e com organizações sem fins lucrativos, como a Kosmicare, para desenvolver este trabalho.

Outra regra que ambos os espaços têm é a existência de casas de banho mistas. Para Marum, este foi um passo essencial na criação de um espaço mais inclusivo na cidade, apesar de ser um elemento bastante criticado “como se fosse maquilhagem política, como se não tivesse um valor importante para as pessoas da nossa comunidade”. Ainda que Dimitri não tenha referido a questão das casas de banho, é sabido que no espaço de Tresor existem duas casas de banho: uma exclusiva para mulheres e outra sem género.

Todas estas regras e políticas definidas por Tresor e pelo Planeta Manas têm um objetivo comum: assegurar o bem-estar do público e, em especial, garantir a segurança das comunidades marginalizadas que frequentam ambos os espaços.

3.1.2. Comunidades marginalizadas

Apesar de ambos os espaços serem identificados como *safe spaces* para a comunidade LGBTI+, apenas Planeta Manas se apresenta como um “espaço cultural *queer*”. Segundo Dimitri, “Tresor is not a gay club, but it’s a safe space”. Da mesma forma, o entrevistado refere a importância da existência destes espaços seguros para fixar os jovens nas suas cidades e impedir que estes sejam ‘seduzidos’ pelas narrativas da extrema-direita: “A well curated space in any city is like a power against right wing movements, you know, a special power. It's like a castle against this dangerous influence.”.

Para o cofundador do Planeta Manas é impossível separar a música eletrónica dos movimentos de resistência e das comunidades marginalizadas: “Sabemos que a história da música e da música eletrónica está altamente enraizada em movimentos de resistência, em movimentos *queer*, movimentos negros, movimentos anti polícia e que muitos dos discursos que nós utilizamos até hoje têm uma longa história.”. É também impossível separar, para o entrevistado, o crescimento da extrema-direita portuguesa e as invasões policiais que levaram ao encerramento do espaço. Por trabalharem com pessoas pertencentes

a comunidades marginalizadas, tais como imigrantes em situação irregular e a comunidade LGBTI+, Marum acredita que o Planeta Manas se tornou alvo de discriminação: “nós trabalhamos para e com essas pessoas num período de transição política e então acho que o que aconteceu no Planeta do Manas é apenas um espelho do que está a acontecer em Portugal.”.

Segundo o entrevistado, o público do espaço ia desde deputados e “pessoas importantes” até pessoas provenientes de favelas do Brasil, pessoas em situação de pobreza, membros da comunidade *queer* e pessoas negras: “Então acho que esta mistura deve causar muito desconforto, não é? Há um corpo, há uma força que tem como missão castrar determinados tipos de comportamentos, de liberdades. E eu acho que foi isso que aconteceu, começou ali uma espécie de uma pequena guerra [...] ao mesmo tempo que estavam a investir mais na polícia e que estava a haver mais *raids* policiais noutros espaços. Mas connosco era assim uma brutalidade quase para mostrar o descontentamento das coisas que estavam ali a acontecer”.

Tal como já abordado no subcapítulo anterior, para garantir a existência de um espaço seguro para a comunidade LGBTI+ e imigrantes, é necessária a definição de um conjunto de regras que assegure a privacidade do público, tais como a proibição do uso de câmaras e a seleção à porta. Ainda que autores como Ott e Herman (2003) interpretem estas práticas como uma dinâmica de poder entre o proprietário do espaço e os seus frequentadores, na medida em que estabelecem um código de conduta sobre o que é ou não aceitável, ambos os entrevistados consideram que estas regras têm uma importância significativa na manutenção da segurança dos espaços.

3.1.3. Apoios financeiros

Uma das principais causas de encerramento de estabelecimentos de diversão noturna é a falta de investimento. Segundo Matias (2019), Portugal enfrenta ainda hoje um visível atraso no desenvolvimento da música eletrónica devido à falta de financiamento público por parte dos governos anteriores aos do início do milénio. O coletivo Planeta Manas é um exemplo desta carência de financiamento: segundo o cofundador Marum, o coletivo nunca recebeu apoios regulares por parte do Estado. Ainda assim, conseguiram beneficiar de um pequeno apoio financeiro da Câmara Municipal de Lisboa que suportou a compra de materiais e a manutenção da estação de rádio Quântica, criada pela associação. O entrevistado mencionou também apoios esporádicos da Direção-Geral das Artes e do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), o qual permitiu a contratação de estagiários.

O cofundador aponta para o desinvestimento da Câmara Municipal de Lisboa como uma das principais causas para o encerramento do espaço, associado às repetidas invasões policiais dirigidas ao coletivo. Segundo Marum, os recursos da CML que anteriormente eram destinados à cultura passaram a ser canalizados para as forças policiais. Nesse contexto, faz referência a recentes episódios de violência policial que resultaram na morte de pessoas negras e a práticas como revistas forçadas de imigrantes do leste asiático nas ruas da capital. Tudo isto ocorreu em simultâneo com as invasões policiais ao Planeta Manas e, como sublinha o entrevistado, “não há história recente em Lisboa de espaços noturnos serem

invidados desta forma.”. O cofundador, que reside atualmente na capital alemã, refere que o financiamento para a cultura e, em especial, para os espaços noturnos em Portugal é bastante menor do que o recebido na Alemanha.

Ainda assim, quando questionado acerca dos apoios financeiros recebidos por Tresor, Dimitri referiu que o seu espaço não recebe atualmente qualquer tipo de financiamento público, talvez por se tratar de um espaço de diversão noturna bem estabelecido na cidade. No entanto, este reconhecimento garante-lhes a isenção parcial do pagamento de impostos: em Berlim, ao invés de pagarem 19% de impostos sobre as vendas, as discotecas de eletrônica com uma programação bem definida podem pagar apenas 7%. Segundo o entrevistado, “that is a lot, it's 12% less. And this is a great step into a solid future.”. No entanto, o fundador aponta para um maior respeito institucional pela cultura *techno* de Berlim após esta ter sido reconhecida como Património Cultural Imaterial pela UNESCO.

Ainda que sejam garantidos alguns benefícios fiscais às discotecas de Berlim, elas representam uma grande fatia da economia da cidade. Dimitri refere-se a uma “night-time economy”, na qual os espaços noturnos têm influência direta sobre outras indústrias e serviços, como os hotéis, museus, restaurantes, transportes públicos e até companhias aéreas.

Apesar disto, Dimitri nota uma significativa redução dos turistas na cidade e dos frequentadores dos espaços noturnos: “we compared the numbers to the last year and we see it's definitely 20 to 25 percent less people.”. Segundo o entrevistado, as pessoas não têm tantas posses financeiras como antigamente para gastar no lazer e na cultura. Para contornar esta situação, o fundador de Tresor decidiu criar as “community nights” no seu espaço em Dortmund, que consistem em eventos completamente gratuitos ou com um custo reduzido de 5€ cuja programação tem um foco em artistas locais.

3.2. A mobilização digital – Apresentação das publicações e análise temática

A par dos esforços físicos de mobilização política e da criação de espaços mais seguros para que estas comunidades possam pensar sobre política e o futuro das suas cidades, Tresor e Planeta Manas recorrem também às redes sociais, nomeadamente ao Instagram, para apelar à participação política e cívica do seu público. Nos seis meses anteriores às eleições federais alemãs e legislativas portuguesas, foram identificadas 13 publicações com carácter político nas contas de Tresor, Clubcommission e Planeta Manas.

Tresor – 20 de fevereiro de 2025

Começando por Tresor, foi partilhado nas suas redes sociais a 20 de fevereiro de 2025 (três dias antes das eleições alemãs) um comunicado com o título “Go Vote!” em letras maiúsculas. O uso de letras maiúsculas remete para um sentido de urgência e responsabilidade. O *post* consiste em três imagens com o fundo preto e letras brancas, com um estilo de design minimalista e com o logotipo da discoteca também em branco. O texto é primeiro apresentado em alemão e depois em inglês. A mensagem apela

ao voto do público num tom imperativo e relaciona o ato de votar com uma responsabilidade para a proteção dos valores da cultura *underground*: utilizando conceitos como “tolerância”, “respeito”, “diversidade”, “educação” e “liberdade”. O texto começa com a frase “Together for our values – Your vote counts!” e associa os conceitos acima referidos aos “elementos fundamentais da democracia”. Tresor afirma que o voto de cada um não representa apenas um direito, mas também um dever na proteção do estado democrático.

Assim, foram identificados os temas: democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política e mobilização e identidade. Tresor associa o voto à defesa dos valores democráticos e, portanto, à base que sustenta a cultura *underground*. Ao relacionar os valores democráticos aos valores da cultura *clubbing*, a publicação cria um paralelo entre as discotecas e a democracia e a sua relação simbiótica. Por fim, o uso da expressão “together for our values” cria uma narrativa de responsabilidade e identidade coletivas, sendo necessária a ação política da comunidade.

Clubcommission – 16 de janeiro de 2025

Clubcommission, a associação sem fins lucrativos da qual Tresor é membro, também publicou mensagens relacionadas às eleições federais alemãs no Instagram. A primeira, publicada a 16 de janeiro de 2025, consiste em quatro imagens com fundo branco e letras pretas, design minimalista e texto em alemão e inglês. No título, pode ler-se em letra maiúscula: “Vote Democratically: Apply for a postal vote now”. O post funciona como um guia para o voto por correspondência, ensinando ao público os passos necessários para tal. Na legenda da publicação podem ler-se frases como “On February 23, 2025, you have the chance to help shape the future of democracy” e “Let’s take responsibility together and vote”. O texto tem um caráter informativo, educacional e de apelo ao voto. A publicação tem um claro objetivo mobilizador. Nela é possível identificar temas como democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política e mobilização e identidade.

Assim, a Clubcommission constrói um discurso no qual participar nas eleições se torna uma forma de expressão cultural e política, alinhando a prática democrática com os valores da cena noturna berlinense.

Clubcomission - 7 de fevereiro de 2025

A segunda publicação, feita a 7 de fevereiro, consiste em 12 imagens com fundo branco e texto preto e design minimalista com o título “No Democracy, no Club Culture – Take a Stand, Go Vote!” em letras maiúsculas. Tal como Tresor, a associação apresenta o texto em alemão e em inglês. Da mesma forma, o texto está escrito no tom imperativo e apela ao voto do público recorrendo ao uso de expressões como “união”, “diversidade”, “comunidade”, “democracia” e “inclusão”. O texto faz referência aos espaços noturnos de Berlim como “espaços seguros para as comunidades marginalizadas” e afirma que estes

“criam pontes onde outros traçam fronteiras”. O *post* faz uma clara menção à extrema-direita como uma ameaça aos valores da cultura *clubbing*, com a frase “Vote against a shift to the right”.

Nesta publicação, Clubcomission apresenta temas como a democracia e responsabilidade coletiva, a extrema-direita como ameaça, cultura e política e mobilização e identidade. Neste caso, o texto estabelece uma relação direta entre a preservação da cultura *clubbing* e a defesa da democracia, tal como Tresor. No entanto, a associação assume uma posição anti extrema-direita mais explícita do que o seu membro apelando diretamente à mobilização política do seu público para evitar o crescimento da direita. Também tal como Tresor, o *post* da Clubcomission recorre à estética minimalista e à ausência de cor de forma a aproximar-se mais de um comunicado político do que de uma forma de entretenimento.

Assim, o texto apresenta o voto como um dever, tal como Tresor, e uma forma de preservar os valores da cultura *underground*. Da mesma forma, integra o discurso político no discurso cultural, reforçando a ideia das discotecas enquanto atores políticos e também como uma comunidade assente na diversidade e tolerância que resiste a ameaças externas.

Clubcomission - 14 de fevereiro de 2025

Esta publicação contém 12 imagens também elas em preto e branco e estilo minimalista com texto em alemão e inglês e tem o título “How to Vote for Berlin’s Club Culture?”. O texto consiste num guia informativo sobre as propostas dos vários partidos para cultura e a vida noturna da cidade. O *post* não incluiu o partido da extrema-direita alemã AfD, uma omissão que, quando analisada em conjunto com as restantes publicações, revela ter sido uma exclusão intencional. A legenda evoca a responsabilidade do voto para a proteção dos valores da cultura *clubbing* e também das comunidades marginalizadas: “On February 23rd, we will vote for: Club culture and the protection of creative spaces; Queer, migrant, and alternative cultural spaces; Solidarity and participation. Berlin’s club culture is an essential part of our society—it represents community, solidarity, and creative expression.”.

É possível identificar alguns temas recorrentes no texto: a democracia e responsabilidade coletiva (ao apresentar o voto como ato de preservação dos valores comuns da cena *clubbing*), a extrema-direita como ameaça (devido à exclusão da AfD como gesto de resistência discursiva), cultura e política (com o apelo à mobilização política por parte de uma associação cultural) e mobilização e identidade (o apelo à ação coletiva para preservação da identidade cultural da cidade).

Clubcomission - 21 de fevereiro de 2025

Desta vez, o *post* de 21 de fevereiro encontra-se apenas escrito em alemão, mas a sua legenda foi traduzida para o inglês. O *post* contém seis imagens, todas elas a preto e branco e com design minimalista, tal como as restantes publicações analisadas, e após a tradução do seu título pode ler-se: “O teu voto conta!”. A sequência de imagens com texto consiste num guia informativo sobre o funcionamento do processo eleitoral alemão, como votar e de que forma são eleitos os representantes.

Na legenda, pode ler-se “Don’t forget to let the others on the dancefloor know: This Sunday, February 23rd, we’re going to vote! We will use our voices! Laws and political decisions directly impact club culture – from noise protection regulations to cultural funding, curfews, and spaces for alternative scenes.”. Também esta publicação consiste num apelo ao voto consciente do público para a proteção da vida noturna da cidade que representa um espaço seguro para grupos marginalizados.

Foram identificados os temas democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política e mobilização e identidade. A publicação mantém o tom imperativo e mobilizador das anteriores, incentivando o público a participar ativamente nas eleições enquanto forma de proteger a cena noturna berlinense e os valores de diversidade, inclusão e liberdade que ela representa.

Clubcommission - 7 de novembro de 2024

A publicação de 7 de novembro de 2024 não é referente às eleições alemãs, mas ainda assim consiste numa mensagem de caráter político. O *post* tem quatro imagens e mantém o estilo minimalista contando apenas com texto a preto e branco e um fundo em tons roxos na primeira imagem. A publicação consiste num anúncio de um *workshop* gratuito de empoderamento direcionado a frequentadores e trabalhadores racializados da cena noturna berlinense e o seu título é o seguinte: “Free Empowerment Workshop for Racialized Clubbers and Club Workers”. Na segunda imagem, Clubcommission evoca a necessidade do trabalho coletivo para a construção de espaços seguros para estas comunidades: “Through collective efforts, we can create a space where everyone feels represented and empowered, ensuring club scene becomes a truly inclusive environment for all.”. Este excerto revela uma dimensão política da cultura *clubbing* que transcende o contexto eleitoral, ao propor a criação de espaços seguros e inclusivos para comunidades racializadas. Este discurso insere-se numa lógica de justiça social e responsabilidade coletiva. Tal como nos restantes *posts*, aqui está presente uma narrativa de mobilização comunitária na defesa dos valores democráticos, apesar de não ser feita uma menção direta à democracia. A ênfase no “trabalho coletivo” reforça a ideia de que a transformação social e cultural é um processo conjunto.

Aqui podemos identificar alguns temas semelhantes aos encontrados nas publicações referentes às eleições, tais como a responsabilidade coletiva, cultura e política e mobilização e identidade.

Clubcommission - 8 de janeiro de 2025

Tal como o *post* anterior, este consiste numa promoção de um *workshop* com o mesmo tema, com o título “Empowerment Workshop for Clubbers and Workers Affected by Racism”. O *post* contém três imagens e recorre ao mesmo estilo minimalista e ao texto em preto e branco. O conteúdo textual é bastante semelhante ao do *post* de novembro de 2024, ainda que com alguns cortes e reformulações. A principal diferença reside na legenda, que introduz uma reflexão crítica sobre a inclusão e representatividade na cena *clubbing*, afirmando “It’s important to consider whether the club scene

fosters an environment where people of diverse backgrounds feel welcomed and valued.”. Devido às semelhanças entre as duas publicações, o texto reforça os mesmos temas centrais já identificados na anterior: responsabilidade coletiva, cultura e política e mobilização e identidade.

Em conjunto com a publicação de novembro de 2024, este *post* consolida o discurso antirracista e de justiça social da Clubcommission e, portanto, os seus membros, entre os quais Tresor.

Clubcommission – 20 de agosto de 2024

O último *post* analisado da Clubcommission foi publicado a 20 de agosto de 2024 e contém quatro imagens minimalistas, com texto a preto e branco e um fundo nos tons roxo e laranja. A publicação é um anúncio de um grupo de apoio para a comunidade LGBTI+ na cultura *clubbing* e tem o título “Peer to Peer Support Group For LGBTQ+ In Clubculture”. No texto é possível ler “The aim of this group is self-awareness and mutual empowerment through peer-support. This shall be enabled by creating a safe(er) space for queer people.”. O texto consiste numa explicação sobre o que consiste o grupo e a quem este está destinado.

Tal como mencionado nas entrevistas, ambas as discotecas se consideram espaços seguros para a comunidade LGBTI+ e fazem disso uma das suas prioridades. Tal como nas publicações eleitorais de 2025, a associação articula cultura e política, posicionando a cultura *clubbing* como um espaço de resistência e transformação social. Apesar de não fazer menção direta ao conceito de democracia, foram identificados no *post* os temas responsabilidade coletiva, cultura e política, e mobilização e identidade. No entanto, estes foram apresentados de forma mais implícita do que a utilizada nos restantes *posts*.

Planeta Manas – 7 de novembro de 2024

O primeiro *post* do Planeta Manas a analisar foi publicado no Instagram a 7 de novembro de 2024 e contém apenas uma imagem com o título “Help Planeta Manas survive after Police raid”, que consiste numa captura de ecrã de uma campanha digital de angariação de fundos na sequência da invasão policial ao espaço. O texto da imagem e a legenda estão escritos em português e inglês. A angariação de fundos destina-se aos prejuízos causados pela invasão policial e atingiu o valor de 3.581 €. A legenda foi escrita num tom de agradecimento pelas doações e menciona como atingiram o objetivo em apenas um dia: “Uau manas, o nosso coração derreteu! ❤️ Num dia atingimos o nosso objetivo e vamos conseguir cobrir os prejuízos causados pela rusga policial. Muito obrigado por todo o vosso apoio.”. Ainda no texto, o coletivo refere que continuarão a ser totalmente transparentes em relação à sua situação financeira e que, uma vez que ultrapassaram o valor necessário para cobrir os prejuízos causados pela invasão policial, “todos os donativos extra vão para cobrir as nossas dívidas com alugueres de som e empréstimos, e colocar todo o nosso foco na melhoria do nosso sistema de som.”.

Os temas presentes neste *post* são a solidariedade comunitária, a democracia e responsabilidade coletiva, a cultura e política e a mobilização e identidade. O texto revela uma articulação entre a cultura e a política ao expor o impacto financeiro da invasão policial num espaço cultural *queer*. O apelo à mobilização do público traduz uma forma de responsabilidade coletiva que é necessária à sobrevivência do espaço.

Planeta Manas – 22 de dezembro de 2024

O segundo *post*, publicado a 22 de dezembro de 2024, contém quatro páginas e consiste num comunicado referente a uma das invasões policiais sofridas pelo coletivo, com o título em letras maiúsculas “Comunicado sobre o atraso no evento de dia 20 de dezembro no Planeta Manas”. As imagens têm um estilo minimalista: as duas primeiras consistem em texto preto num fundo branco e as duas últimas em texto branco num fundo preto, sem qualquer outro elemento ou cor presente. Esta escolha gráfica poderá ter como objetivo direcionar a atenção do leitor para a mensagem em si e conferir um tom mais sério, de acordo com o conteúdo do texto.

O texto, escrito com pronomes e linguagem neutra, menciona a ilegalidade da invasão policial e faz uma descrição da mesma. Da mesma forma, refere como uma das sócias da associação foi agredida com cassetete pela polícia. Pode ler-se “Desta vez, não permitimos que agissem ilegalmente como queriam e a resposta foi intimidação e ofensas à integridade física. O abuso do poder não nos surpreende. À violência proto-fascista que vemos a crescer em Portugal nos nossos dias, respondemos com resistência e com a defesa da diversidade de expressão cultural, que é a nossa missão associativa.”. O comunicado define um forte discurso anti-fascista e de resistência cultural ao abuso policial. Ao denunciar esta situação, o coletivo Planeta Manas desempenha um papel de ator político.

Neste texto, os temas identificados foram a democracia e responsabilidade coletiva, a extrema-direita como ameaça, cultura e política e mobilização e identidade.

Planeta Manas – 10 de fevereiro de 2025

A publicação feita a 10 de fevereiro conta com nove páginas e também ela está escrita em português e inglês. Tal como a anterior, o seu estilo é minimalista e nas primeiras quatro páginas contém apenas texto preto e um fundo creme com o logo do coletivo no canto inferior direito. O texto consiste num comunicado sobre uma das invasões policiais ao espaço e tem o título “Sobre a invasão policial ao Planeta Manas a 8 de fevereiro de 2025”. As páginas seguintes contêm fotografias e vídeos da ação policial. No comunicado, o Planeta Manas escreve: “O padrão de repressão contra espaços culturais independentes é perigoso para o nosso tecido social e vitalidade cultural: ações policiais desproporcionais, invasões de espaços associativos sem mandado e a tentativa sistemática de

enfraquecer iniciativas comunitárias são um ataque frontal ao movimento associativo, à criação artística e à fruição cultural.”.

O texto reforça o posicionamento político do Planeta Manas e o seu papel enquanto ator político na resistência dos espaços culturais face ao crescimento da extrema-direita e da repressão. Ao mesmo tempo, reafirma o seu compromisso com uma cultura democrática e inclusiva e a forte oposição às forças que ameaçam reprimir esta liberdade. O recurso às fotografias e vídeos da ação policial constitui um recurso valioso para a mobilização do público e um meio eficaz de demonstrar a “força desproporcional” utilizada por parte da polícia. No primeiro vídeo, ouvem-se os participantes do evento a entoar a palavra de ordem “25 de abril sempre, fascismo nunca mais!”, na sequência da entrada da polícia no espaço. Já o último vídeo assume um forte valor simbólico ao demonstrar um casal homossexual a trocar um beijo em frente a agentes da polícia armados e com equipamento de proteção, um gesto assumidamente político.

Os temas identificados neste *post* são a democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política, mobilização e identidade e a extrema-direita como ameaça.

Planeta Manas – 23 de abril de 2025

A publicação de 23 de abril consiste também num comunicado com apenas texto sobre o encerramento do Planeta Manas. O texto foi escrito em português e inglês em letras pretas sobre fundos roxos e laranja e tem o título “O Planeta Manas está a chegar à sua última órbita”. No comunicado, o coletivo caracteriza-se como “um espaço para todas as pessoas, onde se ama, onde se cria, onde se dança, onde se frui arte, onde se finta a hegemonia e o capitalismo patriarcal e se celebra a emancipação, o direito ao prazer e à alegria, o direito à cultura”, reafirmando a ligação entre a cultura e a política presente no espaço cultural. Do mesmo modo, fazem referência à violência policial da qual foram alvo: “O movimento associativo é um dos alvos sabidos das forças reacionárias: ao não termos o lucro como objetivo, ao mostrarmos arte desviante e dissidente, ao representarmos comunidades marginalizadas – desafiámos frontalmente o status quo. E o status quo não gosta disso – e fê-lo saber claramente com as invasões violentas de que fomos alvo.”. Este parágrafo demonstra a posição do Planeta Manas enquanto ator político ativo na defesa das comunidades marginalizadas e na oposição e resistência a um status de repressão social e cultural, protegendo os valores democráticos. O texto faz também referência à gentrificação sentida em Lisboa que causa um aumento no valor das rendas e torna bastante difícil a sobrevivência de associações culturais independentes.

Ao mesmo tempo, serve como um apelo à mobilização e solidariedade do público, solicitando a ajuda económica, a ajuda na procura de um novo espaço e a participação nos eventos e no protesto organizado pelo movimento QRAVO a 3 de maio contra a “violência queerfóbica e racista que ameaça movimentos culturais e associativistas, e a gentrificação desenfreada que nos sufoca em Lisboa”.

Assim, neste *post* foram identificados os temas: a democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política, mobilização e identidade, a extrema-direita como ameaça e a gentrificação urbana.

Planeta Manas - 3 de maio de 2025

O último *post* desta análise foi publicado a 3 de maio e é um anúncio e apelo à participação no protesto contra o abuso policial em espaços *queer* de Lisboa do movimento QRAVO, tal como mencionado no *post* anterior. São seis páginas com texto escrito em português, mas traduzido para o inglês na legenda. Desta vez, as imagens têm um estilo de design maximalista, recorrendo a cores vivas tais como o rosa e o vermelho e a fotografias artísticas. O título é “O fascismo persegue. Nossa dança é resistência”. Esta publicação é um claro apelo à mobilização política do público e demonstra um ato de resistência contra a repressão policial, consequência do crescimento da extrema-direita em Portugal. Reafirma também o papel do Planeta Manas enquanto um ator político e um agente de mobilização política coletiva.

Mais uma vez, nesta publicação foram identificados os temas: a democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política, mobilização e identidade e a extrema-direita como ameaça.

Em todas as publicações analisadas, foram encontrados temas, escolhas estilísticas, linguagem e até cores semelhantes. Na sua maioria, os textos apelam à mobilização e à ação política do público e demonstram o papel ativo dos espaços de diversão noturna nos esforços de mobilização contra a extrema-direita e na salvaguarda dos valores democráticos, que de certo modo são os valores da cultura underground.

3.2.1. Considerações sobre a eficácia das comunicações digitais

Medir com precisão a eficácia das comunicações digitais de Tresor e Clubcommission é uma tarefa difícil, uma vez que estas publicações funcionam como incentivos ao voto. Para avaliar o seu impacto real, seria necessário ter acesso aos resultados de sondagens ou realizar inquéritos próprios que permitissem avaliar se as publicações influenciaram o comportamento eleitoral do público. Campos et al. (2016) referem que, para que a mobilização política digital seja eficaz, será necessário levar estas ações para as ruas, ou não passará de “clickactivism”. Deste modo, para as comunicações de Tresor e Clubcommission serem eficazes, seria necessário que o público de facto reagisse, votando contra o crescimento da extrema-direita alemã. Ainda assim, é possível avaliar indiretamente a receção das mensagens através das interações online, nomeadamente os comentários, partilhas e gostos, que compreendem indicadores do apoio do público. De um modo geral, todas as publicações analisadas receberam feedback positivo e apoio através dos comentários, apesar desta vertente não constar da análise presente no trabalho.

No caso do Planeta Manas é mais fácil avaliar a eficácia das suas mensagens, uma vez que podemos medir de forma mais tangível os níveis de adesão ao protesto do QRAVO contra a violência policial em

espaços culturais *queer*, bem como o sucesso da angariação de fundos para reparar os prejuízos causados pelas invasões policiais ao espaço.

3.3. Tensões e limites das práticas contra-hegemónicas

Ao longo das análises das entrevistas e das publicações no Instagram, foi possível compreender que, apesar dos espaços de diversão noturna tentarem resistir às estruturas de poder dominantes e aos discursos da extrema-direita ao mesmo tempo que promovem narrativas de inclusão e diversidade, estas práticas também enfrentam limitações.

No que toca às políticas e regras dos espaços, é criado um paradoxo com a proibição de câmaras e com a imposição de uma *door policy* ou processo de seleção à porta. Por um lado, ao proibir as câmaras, garante-se a privacidade do público e protegem-se grupos marginalizados de possíveis atos de discriminação. Por outro, cria-se uma dinâmica de poder e limita-se a liberdade dos participantes. Segundo Marum, as fotografias podem ser importantes para inspirar gerações futuras, no entanto, podem também constituir uma forma de vigilância. A *door policy*, política presente nos dois espaços, é também um tema bastante discutido, pois ao permitir a entrada apenas a um certo grupo de pessoas de modo a preservar a segurança, a diversidade e o respeito dentro da festa, acaba por gerar um paradoxo entre inclusão e exclusão. Embora o objetivo principal seja garantir que o espaço permaneça seguro para comunidades marginalizadas e livre de comportamentos discriminatórios, esta prática pode ser interpretada como um mecanismo seletivo que reproduz, em certa medida, as mesmas dinâmicas de exclusão social que procura contrariar.

No caso dos esforços de mobilização política digital por parte das discotecas e tal como mencionado no subcapítulo anterior, é sempre bastante difícil medir a eficácia destas comunicações digitais, o que se torna uma limitação das mesmas. Segundo autores como Pereira (2011) e Campos *et al.* (2016), as comunicações digitais devem atuar como uma ponte para o ativismo e a mobilização política física nas ruas. Neste sentido, quando analisadas comunicações políticas digitais, o foco não deverá estar nos resultados imediatos (como o número de gostos, partilhas e comentários), mas sobretudo na sua capacidade de gerar ações políticas concretas offline. Ainda assim, estas são formas de comunicação valiosas para a difusão de mensagens políticas, como nos mostrou o sucesso da angariação de fundos do Planeta Manas. De um modo geral, tanto práticas físicas como digitais refletem as tensões inerentes à resistência cultural: ao mesmo tempo que desafiam as estruturas hegemónicas, acabam por reproduzir, em certos aspetos, as contradições e limites do próprio sistema que procuram contestar.

3.4. Síntese comparativa: Berlim-Lisboa

A comparação evidencia trajetórias de institucionalização distintas. Em Berlim, a genealogia *underground* evolui para um ecossistema reconhecido e representado (ex. Clubcommission), com práticas normativas consolidadas (*door policy*, não utilização de câmaras) e enquadramento

cultural/político que legitima a vida noturna como setor (Braga, 2018; Thornton, 1995; Anderson, 2024; Clubcommission Berlin, 2019). Em Lisboa, a cena apresenta institucionalização mais recente e frágil, tensionada por gentrificação, menor financiamento e maior vulnerabilidade a dinâmicas de controlo/repressão (Guerra, 2015; Matias, 2019).

No plano das políticas internas, ambos os casos convergem em mecanismos de inclusão e proteção – *safe spaces*, casas de banho inclusivas, *awareness teams*, redução de danos –, mas divergem no grau de sedimentação dessas práticas e no suporte institucional envolvente (Braga, 2018; Ott & Herman, 2003/2016).

Na presença digital, os dois atores mobilizam repertórios semelhantes (apelos ao voto; defesa de diversidade/direitos), mas partem de ecologias discursivas diferentes: em Berlim, a cultura *clubbing* articula-se com uma *night-time economy* amplamente reconhecida; em Lisboa, a mobilização coexiste com precariedade e contestação, o que reforça o caráter contra-hegemónico do caso analisado (Fikentscher/Anderson, 2024; Campos et al., 2016).

Em síntese, as diferenças estruturais entre Berlim e Lisboa condicionam também o modo como a cultura *clubbing* atua como ferramenta de mobilização política contra a extrema-direita. Enquanto em Berlim a institucionalização e o reconhecimento público reforçam a eficácia e a legitimidade destas práticas, em Lisboa a fragilidade estrutural e a precariedade dão-lhes um caráter mais contra-hegemónico, mas também mais vulnerável. Assim, ambos os casos confirmam a relevância da cultura *clubbing* como espaço de resistência, embora por vias distintas.

Conclusão

Este estudo procurou compreender o papel da cultura *clubbing* na mobilização política contra a extrema-direita em Berlim e Lisboa, através de uma análise das práticas comunicacionais, discursos e políticas associadas aos espaços de diversão noturna. Para tal, foram analisados dois casos de estudo: Tressor, em Berlim, e Planeta Manas, em Lisboa.

O capítulo da revisão de literatura serviu de base para a análise que foi feita posteriormente. Autores como Durkheim (2003) exploraram o conceito de festa e como este se aproxima das características de um ritual religioso que pretende chegar a um estado de ‘efervescência’. Este conceito é importante quando analisamos a forma como a cultura *clubbing* é capaz de criar autênticos espaços de resistência à extrema-direita e de mobilizar os seus públicos. Seria impossível fazê-lo sem a pré-existência desta efervescência não só nos eventos promovidos por estas discotecas, como também nos seus participantes. Para mobilizar politicamente um cidadão, é necessário despertar nele um sentimento de pertença numa comunidade, e foi exatamente isso que Tressor e o Planeta Manas fizeram.

Uma semelhança entre a Alemanha e Portugal e uma das principais razões para a escolha dos casos de estudo foi o crescimento dos partidos da extrema-direita nas últimas eleições. Em 2025, tornaram-se nas segundas maiores forças políticas nos dois países: em Portugal, o partido Chega e na Alemanha, a AfD. Segundo Löwy (2015), o crescimento da extrema-direita europeia reflete um regresso do conservadorismo, bem como uma reação aos avanços progressistas das últimas décadas. Estes ideais progressistas são precisamente os discursos associados à cultura underground e por isso vários autores consideram a *rave* como um local de resistência. Braga (2018) e Ott & Herman (2003) referem a participação ativa dos frequentadores deste tipo de festas nos debates políticos e na criação destes discursos de resistência contra o status quo.

Para sucederem neste objetivo, os espaços analisados puseram em prática uma lista de regras e políticas que garantem a presença da diversidade, tolerância, respeito e igualdade dentro do espaço da festa. Entre elas estão a proibição do uso de câmaras, a seleção à porta (*door policy*) e rígidas políticas anti-assédio e discriminação e a existência de *awareness teams*. Segundo Braga (2018), esta postura mais autoritária de certas discotecas é um reflexo da história da Alemanha nazi (podendo esta ideia também ser transposta para o contexto português, com o regime do Estado Novo), ao criar um paradoxo entre o caráter libertador das festas e as rígidas regras impostas pelos espaços. Este paradoxo é explorado por vários autores e também refletido pelo cofundador do Planeta Manas, na secção da análise. A análise temática das entrevistas permitiu confirmar as ideias apresentadas no capítulo da revisão de literatura. Tanto o fundador de Tressor quanto o cofundador do Planeta Manas referiram as regras que utilizam nos seus espaços para manter e defender os valores democráticos tão relacionados à cultura underground.

Ao mesmo tempo que implementam regras nos seus locais físicos, Tressor e Planeta Manas recorrem às redes sociais para mobilizar politicamente o seu público, transpondo a ideia de resistência já existente nos espaços físicos dos eventos para o mundo digital. A análise das redes sociais permitiu compreender

como as discotecas utilizam o Instagram para mobilizar o seu público e sobre que temas o fazem. Foram identificados temas semelhantes em todos os *posts* analisados, entre os quais: a democracia e responsabilidade coletiva, cultura e política, mobilização e identidade e a extrema-direita como ameaça. Todos os *posts* recorreram a estilos de design e de escrita semelhantes, de modo a tornar a mensagem o foco da imagem. A maioria dos textos utilizou expressões que refletem um sentido de responsabilidade e urgência e apelou à solidariedade e à ação coletiva.

Por se tratar de um estudo exploratório, este trabalho pretende servir de base para investigações futuras sobre o tema. Apesar de já existir investigação sobre a cultura *rave* e a sua ligação a movimentos políticos, o foco da análise é, no geral, o público dos eventos. Este estudo pretende compreender, na ótica do organizador, de que formas os espaços de diversão noturna atuam na mobilização política do seu público contra o crescimento da extrema-direita. Assim, o trabalho poderá contribuir para análises futuras da vertente dos organizadores de eventos e das discotecas como atores políticos ativos. Do mesmo modo, ao reunir as contribuições dos autores e a análise das entrevistas aos fundadores e das redes sociais dos espaços, pode igualmente oferecer às discotecas e às suas equipas uma compreensão mais clara das formas através das quais podem assumir uma voz mais ativa, contribuindo para a vida política das suas cidades e países, bem como inspirar o seu público a agir. Poderá também ser útil para movimentos políticos e ativistas que procurem estabelecer alianças com novos atores políticos digitais e alcançar públicos específicos.

Apesar destes contributos, importa reconhecer as limitações do estudo. A análise centrou-se em apenas dois casos e num horizonte temporal restrito a seis meses pré-eleitorais, focando-se exclusivamente no Instagram. A seleção intencional de publicações com conteúdo político e o corpus reduzido, ainda que justificados pelo objetivo exploratório e pela análise temática (Braun & Clarke, 2006), não permitem generalizações amplas nem a testagem de efeitos. Em particular, não foi possível medir a eficácia das comunicações digitais analisadas, sobretudo no que respeita ao seu impacto no comportamento eleitoral ou na mobilização presencial. Futuras investigações poderão colmatar estas lacunas, incorporando a perspetiva dos públicos (entrevistas e questionários), triangulando os resultados com métricas digitais (alcance, *engagement*, trace data), expandindo a análise a outros contextos urbanos e plataformas digitais, e explorando o papel de associações setoriais nos processos de e-mobilização e resistência discursiva (Pereira, 2011; Campos et al., 2016; Ott & Herman, 2016).

A luta contra a extrema-direita e os discursos repressivos começa pela aposta na informação e na educação política do público. Apenas uma sociedade consciente e informada terá a capacidade de se mobilizar e agir coletivamente contra as narrativas opressoras. Importa referir que, entretanto, o Planeta Manas anunciou o encerramento do espaço físico no Prior Velho, embora o coletivo se mantenha ativo e com a intenção de retomar atividades noutra local, o que evidencia as fragilidades estruturais da cena *clubbing* em Lisboa, já sublinhadas na análise comparativa. Ainda assim, a resistência cultural encontra novas formas de expressão, e a educação política pode muito bem começar na pista de dança.

“There is hope that one day we will dance together. I think dancing is better than marching. The young boys in Ukraine or in Russia don’t want to kill each other. They want to dance.”
(Dimitri Hegemann, entrevista ao fundador de Tresor realizada a 9 de agosto de 2025)

Referências Bibliográficas

- Anderson, R. (2024). 'It felt very underground': Uncovering the characteristics and meanings of the underground within Liverpool's club culture scenes. *DIY, Alternative Cultures & Society*, 2(3), 322–336.
<https://doi.org/10.1177/27538702241290333>
- Azevedo, E. (1998). O novo "culto underground" - um estudo antropológico-social da "cultura" rave em Portugal. In *Número especial: 6.º Congresso Internacional de Estudantes de Antropologia*. 87-92. Antropológicas.
- Bell, J. (2018). Really Techno. *The White Review* (22). <https://eprints.bbk.ac.uk/id/eprint/22268/>
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Braga, G. T. (2018). “O fervo e a luta”: políticas do corpo e do prazer em festas de São Paulo e Berlim
[Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01102018-115157/publico/2018_GibranTeixeiraBraga_VCorr.pdf
- Braun, V. & Clarke, V. (2006).) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). pp. 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Campos, R., Pereira, I. & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82. <http://journals.openedition.org/spp/2460>
- Chaves, M. (2003). Rave: imagens e éticas de uma festa contemporânea. In G. I. Cordeiro, L. V. Baptista & A. F. Costa (Orgs.), *Etnografias urbanas* (pp. 191–205). Celta Editora.
- Drevenstedt, L. (2020). Dimensions of Club Culture: Learning from Berlin. In Jóri, A. & Lücke, M. (2020). *The New Age of Electronic Dance Music and Club Culture*. (pp. 9-20). Springer.
- Durkheim, E. (1995). *The Elementary Forms of Religious Life*. The Free Press.
- Earl, J. & Kimport, K. (2011). Digitally Enabled Social Change. In Nardi, B. A., Kaptelinin, V. & Foot, K. A. (2011). *Acting with Technology*. (pp. 1-41). The MIT Press.
- Estevez, N. (2023). From Debris to Party Beats: How The Fall of The Berlin Wall Shaped Techno music. [Dissertação, New Paltz State University of New York].
<http://hdl.handle.net/20.500.12648/10392>
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Editora Vozes
- Foucault, M. (1978). *The History of Sexuality*. Pantheon Books.
- Foucault, M. (2003). *A Ordem do Discurso*. (9ª ed.). Loyola.

- Guerra, P. (2015). Flying Away. In Simão, E., Silva, A. M. D., & Magalhães, S. T. D. (Eds.) (2015). *Exploring psychedelic trance and electronic dance music in modern culture*. 307-336. IGI Global Publishing. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-8665-6>
- Guimarães, M. J. (2012). A nova extrema-direita europeia. In *Portugal num mundo em mudanças*. 94-95. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. <http://hdl.handle.net/11144/917>
- Habermas, J. (1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. The MIT Press.
- John, G. S. (2004). *Rave Culture and Religion*. Routledge.
- Löwy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In *Serviço Social & Sociedade*. 124, 652-664. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>
- Luhtakallio, E. & Eliasoph, N. (2014). Ethnography of Politics and Political Communication: Studies in Sociology and Political Science. *The Oxford Handbook of Political Communication (Forthcoming)*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199793471.013.28>
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema. O Caso do Chega*. Edições Almedina.
- Matias, F. (2019). Por dentro do Neopop. Uma descida a uma cena musical alternativa. [Dissertação, Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/123436>
- Meneses, I. (2000). Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa. *Análise Social*, 34(153), 933-955. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2000153.04>
- Moore, K. (2014). A Commitment to Clubbing. *Peace Review*, 16:4, 459-465. <https://doi.org/10.1080/10570310309374771>
- Moore, S. (1997). “Whom does this discourse serve?” Some requirements for communication suggested by Foucault's analysis of power. *New Jersey Journal of Communication*, 5:2, 150-166. : <https://doi.org/10.1080/1040265042000318699>
- O'Reilly, F. (2020). A Designed Experience. [Dissertação, Dún Laoghaire Institute of Art, Design and Technology].
- Ott, B. L. & Herman, B. D. (2003). Mixed messages: Resistance and reappropriation in rave culture. *Western Journal of Communication*. 67(3), 249-270. <https://doi.org/10.1080/10570310309374771>
- Pereira, M. A. (2011). Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. IV *Encontro da Compolítica*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. https://www.compolitica.org.br/anais/2011_Marcus-Abilio.pdf
- Rodgers, N. A. (2015). “House and techno broke them barriers down”: exploring exclusion through diversity in Berlin's electronic dance music nightclubs. Dissertação. Linköping, Linköping University. <https://doi.org/10.4324/9781351142243-7>
- Rover, O. J. (2012). O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. *Revista Grifos* 21, p.13-28. <https://doi.org/10.22295/grifos.v21i32/33.2394>
- Senate Department for Economics, Energy and Public Enterprises. (2019). *Club culture Berlin*. Clubcommission Berlin.

- Schäfer, M. S. (2015). Digital Public Sphere. In Mazzoleni, G. (2015). *The International Encyclopedia of Political Communication*. 322-328. Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118541555.wbiepc087>
- Silva, A. B., Brites, C. M., Oliveira, E. C. R. & Borri, G. T. (2014). A extrema-direita na atualidade. In *Serviço Social & Sociedade*. 119, 407-445. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300002>
- Thornton, S. (1995). *Club Cultures*. Polity Press.

Sitografia

- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2024, 20 agosto). You're queer and work in Berlin's nightlife? You feel the need to exchange about your mental health? Join the Peer-to-Peer.... [carrossel]. *Instagram*. https://www.instagram.com/p/C-5RZbJsfuG/?img_index=1
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2024, 7 novembro). FREE EMPOWERMENT WORKSHOP FOR RACIALIZED CLUBBERS AND CLUB WORKERS. Nov 11, 11am - 3.30pm. Registration via: dab@clubcommission.de. The club scene is.... *Instagram*. https://www.instagram.com/p/DCEUkR5A8sq/?img_index=1
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2025, 8 janeiro) Please Note: The correct date is SATURDAY, January 18. What do you associate with the club scene: a space for.... [carrossel] https://www.instagram.com/p/DEkRh9Kso1S/?img_index=1
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2025, 16 janeiro). Es ist soweit - eure Wahlbenachrichtigungen sind eingetroffen! Am 23. Februar 2025 habt ihr die Chance, die Zukunft der Demokratie mitzugestalten. [carrossel]. *Instagram*. https://www.instagram.com/p/DE5IeR_sbpW/?img_index=1
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2025, 7 fevereiro). Wir wählen am 23. Februar gegen Rechts!
Und für eine inklusive Gesellschaft, in der jeder Mensch respektiert wird. Die Clubkultur hat [carrossel]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/p/DFxaddogxXp/>
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2025, 14 fevereiro). Am 23. Februar wählen wir für... .. Clubkultur & den Schutz kreativer Zentren ... Queere, migrantische & alternative Kulturräume ... Solidarität & Teilhabe [carrossel]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/p/DGDPI0fAMdn/>
- Clubcommision Berlin e.V [clubcommision]. (2025, 21 fevereiro). Vergesst nicht, den anderen auf dem Dancefloor Bescheid zu geben: Diesen Sonntag am 23. Februar gehen wir wählen! Und nutzen unsere [carrossel]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/p/DGVYrcmAyEn/>
- Planeta Manas [planetamanas]. (2024, 7 novembro). Manas, wow - our heart is full! In a day we reached our goal of covering the loss caused by... [imagem]. *Instagram*. <https://www.instagram.com/p/DCE3TOwsS0l/>
- Planeta Manas [planetamanas]. (2024, 22 dezembro). COMUNICADO SOBRE O ATRASO NO EVENTO DO DIA 20 DE DEZEMBRO NO PLANETA MANS. Depois de duas entradas forçadas ao.... [carrossel]. *Instagram*. https://www.instagram.com/p/DD5NsoWModf/?img_index=1
- Planeta Manas [planetamanas]. (2025, 10 fevereiro). ON THE POLICE INVASION OF PLANETA MANAS ON 8 FEBRUARY. This Saturday, 8 February, the Planeta Manas cultural space, the headquarters.... [carrossel]. *Instagram*. https://www.instagram.com/p/DF6C2HCNIYE/?img_index=1

Planeta Manas [planetamanas]. (2025, 23 abril). O Planeta Manas está a chegar à sua última órbita. Não percas o Festival Cometa já esta semana, dias 25.... [carrossel]. *Instagram*.
https://www.instagram.com/p/DIywVw2NLME/?img_index=1

Planeta Manas [planatemanas]. (2025, 3 maio). QRAVO protest - 3 Maio (EN below) Marchamos hoje com o QRAVO para celebrar a existência e resistência de todos os.... [carrossel]. *Instagram*.
https://www.instagram.com/p/DJMSR6Otk8D/?img_index=1

Tresor.West [tresor.west]. (2025, 20 fevereiro). Go vote! [carrossel]. *Instagram*
https://www.instagram.com/p/DGTPL3_o5cx/

Anexos

Anexo A: Guião da entrevista ao fundador de Tresor, Dimitri Hegemann

0. Caracterização do espaço

- 0.1. Descrição do espaço por parte do entrevistado.
- 0.2. Localização precisa do espaço. Localização do espaço na cidade.

1. Espaço, origem, funcionamento, lógica de programação

- 1.1. Objetivos e razões da criação. Data.
- 1.3. O que distingue Tresor dos outros espaços de diversão noturna?
- 1.4. Apoios financeiros.
- 1.5. Público-alvo.
- 1.6. Tipo de públicos, proveniência geográfica, sexo, idade, estatuto social e cultural.
- 1.7. Relações do espaço com espaços similares.
- 1.8 Opinião do entrevistado relativamente à importância da instituição para a vida cultural/musical da cidade.
- 1.9. Qual é o papel da comunidade na definição da programação?
- 1.10. Como é feita a gestão interna do espaço? Existe uma estrutura horizontal ou hierárquica?
- 1.11. Que desafios enfrentam na manutenção do espaço ativo?
- 1.12. Como o espaço se posiciona face à gentrificação e transformação urbana de Berlim?

2. A situação política alemã

- 2.1. Numa época de crescente polarização, como protegem o vosso espaço de possíveis atos de discriminação?
- 2.2. O vosso espaço recebe algum investimento público?
- 2.3. De que forma as eleições federais poderiam influenciar os espaços de diversão noturna e em específico o Tresor?
- 2.4. O que significaria uma viragem à direita?
- 2.5. Com cada vez mais espaços de diversão noturna a fechar portas, o que mantém Tresor aberto?
- 2.6. Sente que existe um clima de medo ou tensão crescente entre coletivos culturais e discotecas?
- 2.9. Como reagem os frequentadores do espaço a este contexto político e económico?

3. Políticas e mobilização física

- 3.1. Aborde a Tresor Foundation.
- 3.2. De que forma as discotecas contribuem para a sociedade alemã?

- 3.3. E para a democracia?
- 3.4. Como garantem que o vosso espaço é um local seguro para minorias?
- 3.5. Consideram Tresor um espaço de resistência?
- 3.6. Como funciona a vossa *door policy*?
- 3.7. Ela garante uma maior curadoria do público?
- 3.8. Qual a vossa política em relação ao uso de câmaras?
- 3.9. Como formam e treinam as equipas de segurança?
- 3.11. Como lidam com situações de violência ou discriminação dentro do espaço?
- 3.12. Aborde as *Community Nights* e o *feedback* recebido.

4. *Presença digital*

- 4.1. Como foi decidido e elaborado o comunicado da conta Tresor.West para o incentivo ao voto?
- 4.3. Que tipo de feedback foi recebido?
- 4.4. Consideram as redes sociais uma forma eficiente de mobilizar voto?

5. *Perspetivas futuras*

- 5.1. Quais as perspetivas futuras?
- 5.2. Desde a vossa abertura, como têm mudado os públicos ao longo dos anos?
- 5.3. Há planos para a criação de novos projetos no futuro?
- 5.4. Que conselhos dariam a outros coletivos que queiram abrir espaços semelhantes?

Anexo B: Guião da entrevista ao um dos cofundadores do Planeta Manas, Marum

0. Caracterização do espaço

- 0.1. Descrição do espaço por parte do entrevistado.
- 0.2. Localização precisa do espaço. Localização do espaço na cidade.

1. Espaço, origem, funcionamento, lógica de programação

- 1.1. Objetivos e razões da criação. Data.
- 1.2. A história da associação cultural Mina.
- 1.3. O que distingue o Planeta Manas dos outros espaços?
- 1.4. Apoios financeiros.
- 1.5. Público-alvo.
- 1.6. Tipo de públicos, proveniência geográfica, sexo, idade, estatuto social e cultural.
- 1.7. Relações do espaço com espaços similares.
- 1.8 Opinião do entrevistado relativamente à importância da instituição para a vida cultural/musical da cidade.
- 1.9. Qual é o papel da comunidade na definição da programação?
- 1.10. Como é feita a gestão interna do espaço? Existe uma estrutura horizontal ou hierárquica?
- 1.11. Que desafios enfrentaram na manutenção do espaço ativo?
- 1.12. Como o espaço se posiciona face à gentrificação e transformação urbana de Lisboa?

2. A situação política portuguesa

- 2.1. Numa época de crescente polarização, como protegem o vosso espaço de possíveis atos de discriminação?
- 2.2. De que forma o resultado das eleições legislativas poderia influenciar o espaço?
- 2.3. Descreva as invasões policiais de que o espaço foi alvo.
- 2.4. Qual é a vossa posição?
- 2.5. Já sofreram outras formas de repressão anteriormente?
- 2.6. A atual ascensão da extrema-direita em Portugal representa uma ameaça aos espaços culturais *queer*?
- 2.7. Sente que existe um clima de medo ou tensão crescente entre coletivos culturais *queer*?
- 2.8. Como reagem os frequentadores do espaço a este contexto político?
- 2.9. Que tipo de solidariedade têm recebido de outros coletivos ou movimentos sociais?

3. Políticas e mobilização física

- 3.1. Explique os motivos, formas de organização e de divulgação do protesto contra o abuso policial em espaços *queer*.
- 3.2. Como foi a adesão do público?
- 3.3. Considerando o 'compromisso com políticas queer, transfeministas e antirracistas' referido nos vossos estatutos, que ações concretas têm sido implementadas nesse sentido?
- 3.4. Como garantem que o vosso espaço é um local seguro para comunidades marginalizadas?
- 3.5. Considera o Planeta Manas um espaço de resistência?
- 3.6. Como funciona a vossa *door policy*?
- 3.7. Ela garante uma maior curadoria do público?
- 3.8. Qual é a vossa política em relação ao uso de câmaras?
- 3.9. Têm alguma equipa de segurança e/ou de sensibilização presente nos eventos?
- 3.10. Como lidam com situações de violência ou discriminação dentro do espaço?

4. *Presença digital*

- 4.1. Como foram decididos e elaborados os comunicados sobre as invasões policiais?
- 4.3. Que tipo de *feedback* foi recebido?
- 4.4. Pode abordar o *post* relacionado com o protesto? Como foi pensado e qual foi o seu impacto?
- 4.5. Qual é, para si, o papel das redes sociais na mobilização política do espaço?

5. *Perspectivas futuras*

- 5.1. Por que motivos o Planeta Manas vai ser encerrado?
- 5.2. Quais as perspetivas futuras?
- 5.3. Que aprendizagens retiram da experiência do Planeta Manas?
- 5.4. Que legado gostariam que este espaço deixasse?
- 5.5. Há planos para a criação de novos projetos ou coletivos no futuro?
- 5.6. Que conselhos dariam a outros coletivos que queiram abrir espaços semelhantes?